


Ações

LEGAIS

Edição especial
Dezembro de 2018



Valorização da advocacia paranaense é prioridade para novo presidente da OAB Paraná

O advogado Cássio Telles garante que os advogados paranaenses podem esperar a defesa intransigente das prerrogativas profissionais, que será o eixo central da gestão 2019-2021.

Páginas 6 a 9



ENERGIA PARA O PRESENTE E PARA O FUTURO. É ISSO QUE NÓS GERAMOS.

Há 34 anos, Itaipu gera energia que conecta o presente com o futuro. Ela ilumina a casa das pessoas, movimentada a economia e impulsiona o progresso em dois países-irmãos. Nossa energia, limpa e renovável, também produz inclusão social, melhores condições de vida, respeito à diversidade e ao meio ambiente – em benefício de milhões de pessoas. Desenvolvemos iniciativas e projetos ligados à sustentabilidade, à tecnologia e à inovação. Produzimos riqueza com eficiência. Para o Brasil e o Paraguai. Com toda a energia disponível. Hoje e todos os dias.

*Que 2019 seja um ano repleto de boas energias. Para você, para o Brasil e o Paraguai.
São os votos de todos nós, da maior geradora de energia limpa e renovável do planeta. www.itaipu.gov.br*



- » Cássio Telles à frente da OAB Paraná na gestão 2019-2021 - 6
- » Economia intangível será tema de Congresso de Direito e Sustentabilidade de 2019 - 10
- » Escritórios jurídicos mais admirados do Brasil - 12
- » IPDA promove um dos mais importantes eventos sobre Direito Administrativo - 14
- » Conselho Nacional de Justiça divulga os números do Poder Judiciário - 17
- » Novamente, a prisão em segunda instância - 18
- » Escritórios Compartilhados da CAA/PR registram mais de 35,6 mil atendimentos - 20
- » Cooperação busca garantir direitos de população em situação de rua - 21
- » Inaugurados 28 Centros e Espaços de Convivência dos advogados no Paraná - 22
- » Projeto Médico de Família alcança marca de 1,2 mil atendimentos - 24
- » APMC faz balanço de ações, projetos e realizações deste ano - 26
- » Os negócios de impacto e a agenda do meio ambiente - 29
- » Estado do Paraná condecora 81 personalidades - 32
- » Constitucionalismo feminista - 34
- » Compliance e gestão de riscos nas empresas estatais - 35
- » Curso de Direito Penal – parte geral - 36
- » Responsabilidade socioambiental empresarial - 37
- » Meio Ambiente do Trabalho: fundamentos jurídicos para a empresa e para a cidadania - 38
- » Nova lei garante maior cuidado com os dados pessoais - 39
- » IPRADE entrega Medalha do Mérito Eleitoral - 42
- » Homenagem em encontro da família Albuquerque Maranhão - 43
- » Em 10 lições, confesso que vivi - 45
- » Câmara Nacional de Arbitragem Trabalhista realiza primeira audiência - 47
- » Programa Advogado Livre do Cigarro tem taxa de 75% de sucesso - 48
- » Projeto prevê criação da Controladoria Geral do Município - 50
- » Stock Options: retenção de talentos, limites e possibilidades - 51
- » Premiação reconhece melhores práticas de programa de educação financeira - 52
- » Confraternização marca o jantar de final de ano da APEP - 54
- » Fique Por Dentro - 56
- » Guie-se - 58

Editora**NCA Comunicação****Jornalista responsável:**

Maria Isabel Ritzmann
MTB 5838

Redação:

Ana Maria Ferrarini
Tatiana Oliveira
Zinho Gomes

CPT e impressão:

Ajir Artes Gráficas e Editora

Fotos:

NCA Comunicação e Divulgação

Correspondência:

Rua 24 de maio, 1087 – Rebouças
80.230-080

Fone: (41) 3333-8017

Distribuição – dirigida**Projeto gráfico, ilustração e design:**

Marcelo Menezes Vianna
marcelo@mmvestudio.com.br

As opiniões expressas em matérias
ou artigos assinados são de
responsabilidade de seus autores.

Despiche
Curitiba



A edição especial de dezembro da revista Ações Legais destaca a eleição do advogado Cássio Telles para presidir a OAB Paraná entre 2019 e 2021. Também traz um resumo de dois importantes congressos realizados em Curitiba. O primeiro, organizado pelo Instituto Paranaense de Direito Administrativo – IPDA, trouxe ao debate temas atuais e polêmicos que cercam o Direito Administrativo na gestão pública. E o segundo reuniu professores que abordaram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, na PUCPR.

A publicação também apresenta um balanço das atividades da Associação dos Procuradores do Município de Curitiba- APMC. E, ainda, informações sobre quatro lançamentos de livros escritos por advogados do Paraná.

Conheça alguns escritórios de advogados do Paraná que integram a lista dos mais admirados do país, conforme o anuário Análise Advocacia 500, a mais relevante pesquisa do mercado jurídico.

A saúde e o bem-estar dos advogados foram prioridade da gestão 2016-2018 da Caixa de Assistência dos Advogados. A Ações Legais apresenta dois projetos que fizeram a diferença na vida dos profissionais.

Boa leitura!

 **NCACOMUNICAÇÃO**
Novo Conceito Assessoria em Comunicação

41 3333-8017

: Soluções em Marketing e Assessoria de imprensa ::

Cássio Telles à frente da OAB Paraná na gestão 2019-2021

Fotos: Bebel Ritzmann

O advogado Cássio Telles foi eleito presidente da OAB Paraná e garante que a advocacia pode esperar a defesa intransigente das prerrogativas profissionais, que será o eixo central da próxima gestão.

“Este lema que elegemos, de mais dignidade e respeito à advocacia, é aquilo que pretendo realizar nos próximos três anos. No projeto Caravana Prerrogativas aprendi a levar a Ordem para perto do advogado e do quanto ele precisa da instituição onde está: nas pequenas comarcas, nos fóruns, nas repartições públicas em geral. O que queremos é mais respeito”, destaca Telles.

“Vamos cumprir todas as promessas que fizemos. Temos uma pauta extensa de projetos e a advocacia pode esperar o nosso compromisso com a defesa das prerrogativas, a inclusão que tanto pregamos e tanto estimamos. Queremos levar adiante todos os projetos já iniciados e construir novos projetos”, frisa a vice-presidente eleita Marielena Winter.

“Esse resultado reflete o trabalho, o empenho, o entusiasmo de todos os que se dedicam à nossa instituição. Nesta festa cívica, a vitória da XI de Agosto merece todas as homenagens. O resultado expressa ainda a responsabilidade em continuar fazendo um excelente trabalho em favor de todos



os advogados do Paraná nesse próximo triênio”, destaca o novo secretário-geral da instituição, Rodrigo Rios.

A advogada Christyanne Bortolotto, nova secretária-geral adjunta, destaca que a advocacia paranaense pode esperar seriedade e





Projetos

“Também vamos ampliar a abrangência dos escritórios compartilhados e intensificar a fiscalização de maneira muito forte para coibir a entrada de pessoas que não são advogados no mercado”, coloca.

Na área do ensino jurídico, o presidente eleito da OAB Paraná ressalta o combate ao ensino à distância, curso de tecnólogos jurídicos, proliferação de novos cursos de direito e fiscalizar aqueles já existentes. “Se necessário, pretendemos judicializar aqueles que não preenchem os requisitos, no sentido de obter a qualidade necessária ou o fechamento daqueles que não têm condições, estrutura e corpo docente qualificado para fazer a prestação destes serviços tão relevantes para a formação do futuro profissional”, frisa.

Com relação ao Judiciário, Telles reafirma que “queremos muito diálogo. Vamos propor a criação de um fórum permanente entre a advocacia e o Judiciário, que se reúna pelo menos uma vez por mês ou até mais, se necessário, onde possamos debater as dificuldades da justiça, não só da advocacia”.

Por fim, Telles sublinha que “nossa ideia é criar uma procuradoria de cidadania, onde teremos um profissional para fazer as ações que a Ordem, por previsão legal, é titular, em defesa da sociedade. Será um núcleo para desenvolver trabalhos de proteção das garantias fundamentais, da democracia e da moralidade pública”.

muito trabalho. “Vamos trabalhar tanto para os advogados iniciantes quanto para os mais experientes. O nosso objetivo é dar dignidade e respeito à classe dos advogados. A partir do momento em que a classe passa a ser respeitada, conseguimos defender a Constituição, que é o mais importante”, disse.

“O grupo XI de Agosto é de confiança e credibilidade. Vai honrar por mais um mandato a advocacia

paranaense”, pontua o tesoureiro eleito Henrique Gaede.

No mesmo sentido, o diretor de prerrogativas Alexandre Salomão afirmou que os profissionais paranaenses “podem esperar muito empenho, muito trabalho e muito esforço para que o advogado seja respeitado em suas prerrogativas”, enaltecendo que “sem a advocacia não há justiça”, complementa.



Diretoria da OAB Paraná – 2019-2021

CASSIO LISANDRO TELLES - presidente

MARILENA INDIRA WINTER - vice-presidente

RODRIGO SANCHEZ RIOS - secretário-geral

CHRISTHYANNE REGINA BORTOLOTTI - secretária-geral adjunta

HENRIQUE GAEDE – tesoureiro

Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná – 2019-2021

FABIANO AUGUSTO PIAZZA BARACAT - presidente

NELSON SAHYUN JUNIOR - vice-presidente

LUCIANA SBRISSIA E SILVA BEGA - secretária-geral

SILVANA CRISTINA DE OLIVEIRA NIEMCZEWSKI - secretária-geral adjunta

CLAUDIA BARROSO DE PINHO TAVARES MONTANHA TEIXEIRA - tesoureira

FERNANDO ESTEVAO DENEKA - diretor

DANIELA MELZ NARDES - diretora

SUZANA VALDENIR PERBONI - diretora

CLEVERTON CREMONESE DE SOUZA - diretor

ALESSANDRO PANASOLO - diretor





Economia intangível será tema de Congresso de Direito e Sustentabilidade de 2019

Fotos: Bebel Ritzmann



Palestrantes do VIII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade, realizado na PUCPR, em Curitiba

Considerado um dos mais eminentes juristas brasileiros, o professor Juarez Freitas (UFRGS e PUCRS) fez o pronunciamento que encerrou o VIII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade, realizado em Curitiba. Destacou que a sustentabilidade é um princípio constitucional, de caráter vinculante, o qual tem o condão de modificar profundamente o modo de conceber e significar todos os ramos do Direito.

O professor reforçou o caráter multidimensional da sustentabilidade. “Ela é jurídico-política, ética, social, econômica e ambiental. A sustentabilidade não se coaduna com a crença no crescimento material como fim em si. Deve estar indissolavelmente associada ao bem-estar duradouro, prescreve que o progresso material não pode sonegar o imaterial, implica na prática da equidade intergeracional e requer uma cidadania ecológica e ativista do bom desenvolvimento”.

Juarez Freitas fez questão de colocar em pauta o assunto da nona edição do congresso, que será realizado em 2019. Ao fazer um resumo das abordagens do evento deste ano, assinalou que com certeza o tema para o próximo congresso será aquele que envolve a economia intangível e a era digital, com viés para as práticas sustentáveis do futuro dentro dos princípios social, econômico, ético, jurídico, político e ambiental.

Ressaltou que as políticas públicas não poderão mais ser implantadas no modelo analógico tradicional. “Devemos migrar para o formato digital”, assegurou o professor. Para ele, é preciso elaborar um Direito Público que trate de serviços públicos digitais e revisar todas as suas categorias tendo em vista a economia do século XXI, a digital.

Portanto, de acordo com Juarez Freitas, “vamos pautar as grandes inovações disruptivas do Sé-



Juarez Freitas



José Gustavo de Oliveira Franco



José Sergio Cristóvam



Leda May



Luiz Alberto Blanchet



Anderson Teixeira

culo XXI e colocar o Direito como um todo, como um sistema jurídico tendo em vista uma finalidade superior que é o desenvolvimento sustentável e uma economia em transição para se tornar predominantemente intangível”, asseverou.

O VIII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público – IBRAEDP e o Programa de Pós-Graduação em Direito de diversas universidades, com apoio do Instituto Paranaense de Direito Administrativo – IPDA.

Participaram como painelistas os professores: Vladimir Passos de Freitas (PUCPR), Betina Grupenmacher (UFPR), Antonio Carlos Efig (PUCPR), Daniel Ferreira (Uninter), José Anacleto Abduch Santos (Unicuritiba), Orlando Javier Moreno, da Universidade de Buenos Aires, Vivian Lima López Valle (PUCPR), José Sérgio Cristóvam (USFC), Pedro de Menezes Niebuhr (UFSC), Luiz Alberto Blanchet (PUCPR), Denise Garcia (Univali), Anderson Teixeira (Unisinos), José Gustavo de Oliveira Franco (PUCPR), Adriana da Costa Ricardo Schier (Unibrasil) e Leda May (PUCPR).

E, ainda, Fernando Quadros (desembargador federal - TRF4), Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima (gestora ambiental do STJ), Teresa Villac (AGU - Advocacia-Geral da União), Felipe Faria, (diretor executivo do Green Building Council Brasil), desembargador Luiz Taro Oyama (presidente do TRE-PR - Tribunal Regional Eleitoral) e Sabrina Iocken (TCESC).



Orlando Javier Moreno



Teresa Villac



Pedro de Menezes Niebuhr



Felipe Faria



Vladimir Passos de Freitas



Ketlin Feitosa de Albuquerque



Betina Grupenmacher



José Anacleto Abduch Santos



Denise Garcia



Sabrina Nunes Iocken



Vivian Cristina Lima López Valle



Fernando Quadros



Adriana da Costa Ricardo Schier



Luiz Taro Oyama



Antonio Carlos Efig



Daniel Ferreira

Escritórios jurídicos mais admirados do Brasil

Fotos: Divulgação

Todos os anos, é publicado o documento Análise Advocacia 500, a mais relevante pesquisa do mercado jurídico, e que traz o ranking dos escritórios mais admirados do Brasil. A 13ª edição do anuário bateu todos os recordes anteriores. Nesse levantamento, foram realizadas 1.064 entrevistas com os executivos das maiores companhias do país. Os entrevistados representam empresas com sede em 21 estados, que atuam em 36 setores da economia.

Mais de 1,8 mil escritórios foram citados na pesquisa deste ano e quase 5 mil advogados receberam, pelo menos, um voto. A

edição de 2018 reúne 937 escritórios brasileiros de advocacia e 2.015 advogados eleitos mais admirados, categorizados entre full service, abrangente e especializado. Em seu primeiro ano, em 2006, a publicação trouxe uma lista de 57 escritórios e 63 advogados reconhecidos.

O anuário que traz os 500 mais admirados da advocacia brasileira traduz uma visão única dos serviços jurídicos disponíveis no país e quem, na opinião das empresas que os contratam, são os mais qualificados para prestá-los.

Entre os integrantes do Paraná no ranking da Análise Advoca-



cia 500 estão: Poletto & Possamai Sociedade de Advogados, Glomb & Advogados Associados, Becker Direito Empresarial e Hauer, Côrtes Advogados.

Foco nos resultados

Os sócios Gladimir Poletto e Fábio José Possamai destacam que constar em importante pesquisa do setor jurídico reflete a constante preocupação com a excelência na prestação dos serviços e consequente satisfação dos clientes. “Buscamos sempre aprimoramento técnico da equipe, investimentos em tecnologia da informação, dentre outros projetos aplicados de forma continuada e com foco nos resultados”, salientam.





Eficiência e seriedade

A equipe do Glomb & Advogados Associados, com escritórios próprios em Curitiba e São Paulo, parceiros no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília, ressalta que ficou honrada em fazer parte do anuário. “Estar entre os 500 escritórios mais admirados do país nos traz a certeza que estamos no caminho certo, trabalhando com ética, eficiência e seriedade”, avalia José Lucio Glomb.



Visão de negócio

Fundado em 1998, o Becker Direito Empresarial completou 20 anos, e está pelo 9º ano consecutivo na lista dos escritórios jurídicos mais admirados do Brasil. Linguagem, visão de negócios, conhecimento jurídico, inovação, integridade, paixão por desafios, sinergia, foco em resultados e valorização das pessoas são os valores destacados pelo sócio-fundador Ricardo Becker. “Temos muito a agradecer aos nossos clientes e parceiros por esta confiança. E um agradecimento especial à nossa equipe, vocacionada e comprometida, que permitiu esta conquista”, comenta Ricardo.



Compartilhar conhecimento

Desde 2006, o escritório Hauer, Côrtes Advogados é elencado na Análise Advocacia 500. Os sócios Carlos Alberto Hauer de Oliveira e Rafael Dias Côrtes afirmam que “é uma lista muito seleta, obtida em pesquisa realizada diretamente junto aos clientes. Somos um dos poucos escritórios do Sul do país a ter o nome lembrado desde a primeira edição. É um mérito de toda equipe que estejamos na análise há 12 anos. Compartilhamos conhecimento, valores e formação para crescermos juntos”.

IPDA promove um dos mais importantes eventos sobre Direito Administrativo

Fotos: Bebel Ritzmann

“Ao aplicador do Direito não é dado desconhecer que por trás da letra fria da lei há uma vida humana a ser considerada”. Com esta frase, que dá as boas-vindas a quem entra na sede do Instituto Romeu Felipe Bacellar, em Curitiba, o presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo - IPDA, Edgar Guimarães, encerrou as atividades do XIX Congresso de Direito Administrativo, realizado na sede da OAB Paraná, na capital. O tema central do encontro foi “Direito Administrativo do Medo”.

Na mesa de solenidade de término do encontro participaram também os professores Romeu Felipe Bacellar Filho e Antonio Baccarin. Coube ao ministro do TCU, Benjamin Zymler, fazer a conferência de abertura do Congresso. Ele abordou a consensualidade administrativa: o exemplo dos acordos de leniência e a jurisdição de contas.



O professor Cammarosano, o grande homenageado do evento, afirmou que aprende a cada dia ao pontuar temas relevantes debatidos no congresso, destacando que é partidário do positivismo jurídico metodológico moderado. Alegou que “não gosta da palavra medo quando ela é dirigida aos operadores do Direito. O Estado tem de estar submetido à ordem jurídica. Devemos ter medo e receio ou alguma precaução quanto àqueles que se valem

indevidamente do Direito para causar dolo ou culpa. Sanções são devidas àqueles que dolosamente violam o Direito e afastam da administração o administrador sério e competente”. O professor colocou que a segurança jurídica é proporcionada pela predeterminação fora do Direito, é o princípio da legalidade. “Eu não tenho medo do Direito Administrativo, mas tenho, sim, receio da ditadura da corrupção. Numa República não há intocáveis”.



Ministro do TCU, Benjamin Zymler



Antonio Baccarin, Renato Andrade, Romeu Felipe Bacellar Filho, Adriana da Costa Ricardo Schier, José Anacleto Abduch Santos, Márcio Cammarosano e Edgar Guimarães

Assuntos tratados pelos professores nos painéis do Congresso



Medo ou omissão do servidor público

Debates sobre o servidor público: entre a omissão e o medo da ação ficaram sob a responsabilidade dos professores Marcus Vinícius Correa Bittencourt, Ana Cláudia Finger, Raquel Dias da Silveira e Rodrigo Valgas dos Santos. O painel foi mediado pela professora Paola Ferrari.



Medo e esperança no sistema político

O tema Direito Administrativo e Direito Eleitoral: do medo à esperança contou com abordagens dos professores Eneida Desirèe Salgado, Fernando Gustavo Knoerr, Luasses Gonçalves dos Santos e Luiz Fernando Casagrande Pereira, e foi mediado pelo advogado Orlando Moisés Pessuti.



Compliance e administração pública

As discussões acerca do tema debate sobre compliance e controle na administração pública: a soma de todos os medos, mediadas pela professora Mara Angelita Ferreira, foram apresentadas pelos professores Ângela Cássia Costaldello, Flávio de Azambuja Berti e Rodrigo Pironti.



Corrupção e improbidade administrativa

A professora Ana Claudia Santano coordenou a mesa de debates com o tema corrupção e improbidade administrativa: a origem do medo, que contou com a participação dos professores Emerson Gabardo e Francisco Zardo, do juiz federal Marcos Josegredi da Silva, do procurador Júlio Marcelo de Oliveira, e de Maurício Valeixo, superintendente da Polícia Federal do Paraná.



Medo da administração pública consensual

Contratos administrativos: superando o medo da administração pública consensual pautaram as discussões com os professores André Luiz Freire, Daniel Ferreira, Fernando Vernalha Guimarães e Maria Fernanda Pires, mediadas pela professora Julieta Vareschini.



Medo do agigantamento estatal

O painel sobre o tema serviços públicos e o medo do agigantamento estatal foi mediado pela professora Regina Maria Bueno Bacellar, e contou com a professora Adriana da Costa Ricardo Schier, a procuradora de Estado Jozélia Nogueira, o professor Luiz Alberto Blanchet, o procurador Paulo Roberto Ferreira Motta e a professora Regina Macedo Nery Ferrari.



Licitações públicas: inovação e reforma

As mudanças previstas na Lei nº 8.666/93 foram foco dos debates do painel Licitações públicas: entre a inovação e o medo da reforma, mediados pela professora Cibele Fernandes Dias. Participaram os professores Cristiana Fortini, José Anacleto Abduch Santos, Joel de Menezes Niebhur, o procurador Fernando Mânica e o advogado José Roberto Tiozzi Junior.



Alterações jurisprudenciais e insegurança jurídica

O presidente do Instituto de Direito Administrativo do Mato Grosso do Sul, João Paulo Lacerda, mediou o painel da segurança jurídica e a jurisprudência do medo. A questão levada ao debate contou com Marco Antônio Berberi, Vivian Cristina Lima López Valle, Francisco Taveira Neto e Renato Cardoso de Almeida Andrade.



Parcerias da administração pública

O sepultamento ou não de organizações do terceiro setor centralizou as discussões do painel sobre parcerias da administração pública: o medo do desenvolvimento. Os debates, mediados pelo professor Bruno Gofman, ficaram sob a responsabilidade dos advogados César Guimarães Pereira, Rafael Munhoz de Mello, Rafael Wallbach Schwind e Ubijara Costódio Filho, e do professor Felipe Klein Gussoli.



Medo e incertezas em um ambiente polarizado

Os debates sobre direitos fundamentais: medo e incertezas em um ambiente polarizado foram mediados pelo advogado Tarso Cabral Violin, e contaram com a participação do advogado Bernardo Strobel Guimarães e dos professores Daniel Wunder Hachem, Mateus Bertocini e Paulo Ricardo Schier.



Gestão pública

Painel especial foi coordenado pela professora Fernanda Schuhli Bourges. Juarez Freitas disse que “precisamos de mais eficiência e transparência nos serviços públicos e para isso são necessários investimentos em tecnologia de ponta”. Fabrício Motta destacou que “a lei é para todos e o procedimento administrativo participativo assegura atuação legítima e eficaz da administração na identificação e defesa do interesse público”. Rogério Gesta Leal pontuou que “a partir das inseguranças da conjuntura me parece que estamos vivendo uma história marcada por quebra de paradigma. E, ao mesmo tempo, convivemos com ambientes de corrupção, depredação patrimonial, violação de direitos e garantias sociais de pessoas físicas e jurídicas”.

Conselho Nacional de Justiça divulga os números do Poder Judiciário

Foto: Divulgação

A 14ª edição do Relatório Justiça em Números, preparada pelo Conselho Nacional de Justiça, é um instrumento de conhecimento de dados essenciais para a definição de políticas públicas do Poder Judiciário. As informações apresentadas permitem que se conheça, de forma clara e objetiva, a especialização dos órgãos do Judiciário, o número de varas, juizados especiais, auditorias militares e zonas eleitorais. Têm-se os problemas que precisam ser resolvidos para a prestação da jurisdição em tempo razoável, como constitucionalmente assegurado ao cidadão.

O Poder Judiciário consumiu, em 2017, mais de R\$ 90 bilhões, o que corresponde a 2,59% do orçamento geral da União (3,5 trilhões). Os 18 mil magistrados, que preenchem 86% dos cargos existentes, julgaram ao longo do ano cerca de 31 milhões de processos, ou seja, um aumento de 8% em relação aos processos inaugurados ao longo do ano anterior.

A rigor, 12,5 mil em cada 100 mil brasileiros inauguraram um novo processo no ano de 2017. Cada magistrado brasileiro julgou, em média, ao longo do ano, 1.844 processos. A taxa de congestionamento do Judiciário Brasileiro é de 74,5%. Cada juiz tem em média 4.407 processos em estoque, pendentes de julgamento. Na



justiça estadual, todavia, esse estoque corresponde a 8.224 casos para cada juiz.

O número de processos em tramitação apresentou o menor crescimento da série histórica, com variação de 0,3% e o Poder Judiciário chegou ao final do ano de 2017 com um acervo de 80,1 milhões de processos que aguardam solução definitiva. Entre 2009 e 2017 houve uma variação acumulada de 31,9% no estoque, correspondendo a um crescimento médio de 4% ao ano.

Apesar da manutenção do volume total em estoque, constatou-se que houve redução nos processos pendentes em fase de conhecimento, etapa em que se faz o julgamento de mérito dos processos judiciais. Desconsiderados os processos de execução, o estoque obteve queda de 1,4 milhão de processos (3,7%), diferentemente da tendência dos anos anteriores, em que os pendentes em conhecimento cresciam, anualmente, a uma média de 4%.

O crescimento do acervo em execução se deu mais significativamente entre as execuções judiciais (12,5%) do que entre as execuções de títulos executivos extrajudiciais, inclusive as fiscais (6,9%). Os resultados alcançados em 2017 decorrem da redução de 1% no quantitativo de processos ingressados associado ao aumento da produtividade, em 5,2%.

Durante o ano de 2017, ingressaram 29,1 milhões de processos e foram finalizados 31 milhões, ou seja, o Poder Judiciário decidiu 6,5% a mais de processos do que a demanda de casos novos. Apesar da alta produtividade, não houve redução do estoque processual devido à reativação de casos que já haviam sido arquivados em anos anteriores e retornaram à tramitação no ano de 2017, e a fatores como, por exemplo, mudanças de classe.

O aumento no número de processos baixados ocorreu devido ao acréscimo de 319 juízes no ano de 2017 e à elevação da produtividade média dos magistrados em 3,3%, atingindo o maior valor da série histórica observada, com 1.819 processos.

Esse esforço culminou em uma taxa de congestionamento de 72,1%, menor do que a observada em 2016, apesar de permanecer em patamar elevado. Aproximadamente 28% de todos os processos que tramitaram foram solucionados.

Novamente, a prisão em segunda instância

Foto: Bebel Ritzmann

O texto constitucional é bastante claro: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Sobre este tema já nos posicionamos consistentemente em diversas oportunidades, entendendo que a execução provisória da pena afronta a Constituição e a lei lata, independentemente de quem seja o réu a ser julgado. Não se trata apenas de “ponderação” do princípio da presunção de inocência frente a quaisquer interesses. Havendo regra constitucional exigindo o trânsito em julgado para que se considere alguém culpado, e estando a execução da pena criminal fundada na culpa do condenado, e não em algum fundamento cautelar, somente o trânsito em julgado é que pode dar prazo ao início da execução penal.

Estamos entre aqueles, portanto, que entendem que o Supremo Tribunal Federal andou mal ao rever seu posicionamento referente à possibilidade de execução da pena após a condenação em segunda instância no julgamento do HC n.º 126.292. Sob o argumento de que os recursos especial e extraordinário permitem apenas a discussão quanto à aplicação do Direito, sendo inadmissível a pretensão de mero reexame de prova, sustentou-se a tese de que a decisão em segunda instância opera “trânsito em julgado quanto aos fatos”, sem amparo legal. A lei diz que a coisa julgada somente opera quando não hou-



ver cabimento de recursos contra a decisão. Somente seria possível se houvesse emenda constitucional alterando a natureza jurídica dos recursos especial e extraordinário, transformando-os em ação rescisória.

A discussão quanto a esta temática não está finalizada no Supremo Tribunal Federal. A despeito de a tese firmada no julgamento do HC n.º 126.292 ter se tornado majoritária, tramitam perante Corte Suprema três ações declaratórias de constitucionalidade que requerem ao Supremo que seja declarado constitucional o art. 283 do Código de Processo Penal, que exige trânsito em julgado para a prisão fundada em condenação criminal.

Em duas destas ações, ADC n.º 42 e 43, o Plenário decidiu por não conceder liminar para sobrestar as execuções provisórias em curso no país, optando por aguardar o julgamento de mérito. Houve

resistência da Presidente do STF à época em pautar o julgamento de tais ações, tendo a matéria sido novamente discutida pelo Plenário em habeas corpus individual, referente à situação específica da prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, oportunidade em que a maioria do STF manteve o seu entendimento. Somente recentemente tais ADC foram pautadas para julgamento no mês de abril de 2019.

Já a ADC n.º 54, por ter distribuída posteriormente às demais, não teve julgamento em Plenário quanto ao pedido liminar. Recentemente, foi incluída em pauta para julgamento juntamente com as demais ADC para que haja uniformidade quanto à decisão do STF nesta temática, que pela vez primeira decidirá quanto ao mérito em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

No dia seguinte à inclusão em pauta para julgamento, e à véspera do

início do recesso do STF, houve decisão monocrática pelo relator, ministro Marco Aurélio, concedendo liminar erga omnes a fim de determinar a soltura de todos os presos condenados sem decisão transitada em julgado. Em poucas horas, o Presidente do STF suspendeu a liminar concedida.

Em que pese o entendimento a respeito do mérito da decisão proferida, sob uma perspectiva institucional, é temerário que um tema tão sensível possa ser decidido de modo que possa passar aos jurisdicionados a impressão – certamente equivocada – de ardil. Decidir

monocraticamente algo que foi expressamente rejeitado pelo Plenário, ainda mais à véspera do início do recesso, em vez de reforçar a atuação do Supremo como guardião do texto constitucional, fragiliza a instituição e contribui para o seu descrédito.

Guilherme Brenner Lucchesi.
Professor da Faculdade de Direito
da UFPR. Presidente do Instituto
Brasileiro de Direito Penal
Econômico. Advogado.

Congresso 100% on-line se torna fórum sobre Direito Penal Econômico

As inovações tecnológicas romperam barreiras entre o universo analógico e o digital e abrem espaço para experiências enriquecedoras. A área do Direito segue esta tendência com a realização de eventos 100% on-line, transmitindo palestras com os maiores nomes do cenário jurídico e ampliando a oportunidade de os participantes agregarem conhecimentos. Recentemente, o IBDPE – Instituto Brasileiro de Direito Penal Econômico, presidido pelo advogado paranaense Guilherme Brenner Lucchesi, apoiou a realização do I Congresso Nacional de Criminalidade Econômica, realizado em formato “streaming”.

Para Lucchesi, a experiência é inovadora. “Foi possível reunir pessoas de todas as partes do Brasil num evento de excelência com professores, advogados e especialistas do Direito Penal Econômico”, resume. A variedade dos temas abordados foi marcada pela atualidade e fomentou as discussões a respeito da criminalização dos empresários, corrupção, crise política, compliance como mecanismo de prevenção dos crimes econômicos, exercício da advocacia e lavagem de dinheiro, ordem econômica como bem de proteção penal e implicações do Direito Penal Econômico dentro do princípio da intervenção mínima, apenas como exemplos.

“Os encontros eletrônicos são muito importantes para dar acesso a interessados, principalmente os estudantes, que não têm como participar fisicamente”, justifica Lucchesi, que apresentou palestra no encontro sobre o uso da cegueira deliberada no Brasil. “Precisamos aproveitar esta ferramenta para desenvolver mais iniciativas como esta também em outros segmentos. Este congresso acabou se transformando num fórum de debates acerca do Direito Penal Econômico no país”, acentua Lucchesi.

A organização do evento foi da produtora Highbrow Business e Thoth Editora, com apoio da Abracrim – Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas. O objetivo do congresso em ambiente virtual foi propiciar o acesso de todo profissional e estudante do Brasil a referências do Direito Penal Econômico e ao debate aprofundado de temas relevantes e atuais.

Escritórios Compartilhados da CAA/PR registram mais de 35,6 mil atendimentos

Foto: Zinho Gomes

O projeto de Escritórios Compartilhados da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná foi implantado em abril de 2015, quando da inauguração do Edifício Maringá em Curitiba. A crescente utilização fez com que a CAA/PR fosse expandindo o serviço, gradativamente, para outras regiões do estado. O projeto, que disponibiliza gratuitamente estrutura e equipamentos adequados para suporte ao exercício da advocacia, já contabiliza 35.635 atendimentos em todo o Paraná.

O projeto da CAA/PR colocada à disposição dos advogados de Curitiba, Londrina, Ponta Gros-

sa, Cascavel, Campo Mourão, Paranaguá, Apucarana e Maringá estações de trabalho, com computadores e scanners, além de sala privativa para atendimento a clientes. Os escritórios beneficiam especialmente os profissionais em início de carreira, aqueles que ainda não possuem escritório próprio e os advogados em trânsito, a trabalho em alguma das referidas cidades.

Até o momento, o maior número de utilizações é registrado em Curitiba, com 30,9 mil atendimentos desde 2015, seguida por Londrina e Ponta Grossa, ambas as unidades inauguradas em 2017, com 3,3 mil e 892 aten-

dimentos, respectivamente. Por serem mais recentes, as quatro unidades inauguradas neste ano em Cascavel, Campo Mourão, Paranaguá, Apucarana e Maringá registram menor utilização.

A Caixa de Assistência já tem projeto para a instalação de nova unidade na Subseção da OAB em São José dos Pinhais, cidade da região metropolitana de Curitiba. O regulamento para uso dos Escritórios Compartilhados e o horário de funcionamento de cada unidade estão disponíveis no site da entidade (www.caapr.org.br).



Cooperação busca garantir direitos de população em situação de rua

Foto: Divulgação

Para garantir a preservação dos direitos da população que vive em situação de rua no estado, o Ministério Público do Paraná firmou termo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Paraná. O objetivo da iniciativa, que atende as diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Federal 7.053/09), é viabilizar ações articuladas entre os dois órgãos, voltadas à mobilização e integração de esforços entre sociedade civil, iniciativa privada e poder público para a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dessa parcela da população.

A partir da assinatura do acordo, serão indicados pelo MPPR e pelo TJPR representantes que trabalharão na proposição de ações que assegurem o amplo acesso das pessoas em situação de rua aos seus direitos, entre eles os previdenciários, eleitorais e registrais, e às dependências das instituições públicas, democratizando, com isso, o acesso e a utilização dos espaços e serviços públicos existentes.

“É muito importante que essas pessoas, que muitas vezes não possuem sequer um documento de identificação, dada a condição em que se encontram, tenham seus direitos constitucionais respeitados, e é dever das instituições do sistema de justiça brasilei-



Ivonei Sfoggia, procurador-geral de Justiça

ro, como são o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, fazerem valer tais garantias”, destacou o procurador-geral de Justiça Ivonei Sfoggia a respeito da iniciativa.

O procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias (Caop) de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, que também assina o documento, destaca a importância do ato. “No contexto dos socialmente vulneráveis padecem, especialmente, aqueles que experimentam o infortúnio de viver

sem moradia e, também, sem acesso aos serviços públicos inerentes à cidadania. Nesse contexto é que se espera intervenção maior e mais positiva do sistema de justiça. O objetivo consiste então na busca de garantir às pessoas que vivem em situação de rua a efetivação das promessas de cidadania previstas a todos no nosso ordenamento jurídico, especialmente no texto constitucional”, afirma.

O termo de cooperação foi assinado com o desembargador Renato Braga Bettega.

Inaugurados 28 Centros e Espaços de Convivência dos advogados no Paraná

Fotos: Divulgação

A atual diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná - CAA/PR finaliza a gestão 2016-2018 com expansão do projeto de grandes Centros e Espaços de Convivência dos Advogados. São 28 unidades em funcionamento no estado, sendo 4 grandes Centros e 24 Espaços de Convivência, dos quais 24 inaugurados entre 2016 e 2018.

Os grandes Centros disponibilizam serviços voltados à saúde, promoção social e incentivo à

prática esportiva, enquanto os Espaços são locais adequados com boa estrutura para receber eventos de conagraçamento e integração entre os profissionais da classe, além de gerarem receita para as Subseções com eventuais locações. Há ainda projeto para instalação de unidade na OAB Araucária.

Em conjunto com as respectivas Subseções, a CAA/PR mantém Espaços de Convivência em Arapongas, Assis Chateaubriand, Ban-

deirantes, Campo Largo, Campo Mourão, Castro, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Goioerê, Ibatí, Irati, Lapa, Laranjeiras do Sul, Nova Esperança, Palotina, Paranavaí, Pitanga, Ponta Grossa, Rio Negro, Telêmaco Borba, Toledo, Umuarama, União da Vitória e Wenceslau Braz. Nas Subseções com maior número de advogados inscritos, a CAA/PR possui os Centros de Convivência dos Advogados localizados em Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.



Arapongas



Assis Chateaubriand



Campo Largo



Campo Mourão



Cascavel



Castro



Foz do Iguaçu



Francisco Beltrão



Goioerê



Irati



Lapa



Laranjeiras do Sul



Londrina



Maringá



Nova Esperança



Pitanga



Ponta Grossa



Rio Negro



Telêmaco Borba



Umuarama



União da Vitória



Wenceslau Braz

Projeto Médico de Família alcança marca de 1,2 mil atendimentos

Fotos: Divulgação

Consultas humanizadas e agendamento facilitado são características apontadas como diferenciais do projeto Médico de Família, que integra o programa Saúde em Foco da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná. Nele, são oferecidas consultas médicas e programas de pré-natal, neonatal e amamentação a baixo custo para advogados regularmente inscritos na OAB Paraná e seus dependentes. As consultas têm preço simbólico de apenas R\$ 30,00, um serviço que conta com apoio da Unimed Paraná.

A proposta é promover mais qualidade de vida, por meio de atendimento integral à saúde dos profissionais da classe. Em um ano e meio de existência, o projeto realizou mais de 1,2 mil atendimentos, a maioria de consultas médicas.

A CAA/PR investiu na contratação de dois médicos que se revezam durante a semana para o atendimento que acontece de segunda a sexta-feira, no Edifício Maringá, em Curitiba, em horários predeterminados. As consultas demoram em média 40 minutos, quando o paciente passa por uma avaliação completa, inclusive sobre o contexto familiar, e se necessário é encaminhado para especialistas. Em dezembro de 2018, a CAA/PR implantou o serviço em Londrina, no Edifício Tuparandi.

O advogado Edivanildo Barbosa de Souza e a esposa Teresa Cristina usufruem dos serviços do programa. O

casal encontrou receptividade e atendimento de qualidade. “A facilidade e agilidade em marcar as consultas são diferenciais, sem falar nos valores muito acessíveis”, salienta. O tempo da consulta também merece destaque de Edivanildo. “São 40 minutos, tempo suficiente para uma avaliação completa”, acentua.

Pré e neonatal

O Médico de Família também oferece os programas de pré-natal e neonatal, visando à saúde de advogadas e dependentes, durante a gestação e após o nascimento dos bebês. “Fiz todas as consultas necessárias e realizei os exames do pré-natal com o Médico de Família”, conta Teresa, esposa do advogado Edivanildo. “Também aderi ao Programa de Amamentação”, completa. “O atendimento foi excelente. Os profissionais são atenciosos, as orientações são sempre importantes”, pontua. “O acompanhamento médico durante minha gestação foi fundamental para eu ficar mais segura. As dicas de como amamentar meu filho também serão, tenho certeza, essenciais para a saúde da criança”, destaca Tereza.

O programa ainda inclui a ciência da puericultura. “É um trabalho equivalente para a criança do que representa o pré-natal para a gestante, um conjunto de ações de promoção que inclui o acompanhamento do desenvolvimento, vacinação e orientações de pre-



O advogado Edivanildo Barbosa de Souza e a esposa Teresa Cristina

venção de acidentes. É a razão pela qual as mães levam os bebês para consulta, geralmente com 10 dias de vida e depois mensalmente até 6 meses, bimestralmente até 1 ano, trimestralmente até dois anos e semestralmente até o fim da infância”, explica o médico Marcelo Kolling.

Amamentação

O atendimento para avaliação e orientação sobre a amamentação pode ser feito por mães de primeira viagem ou por quem está na segunda gestação e quer melhorar a amamentação do novo filho. A consulta pode ser agendada durante o período pré-natal



A advogada Caroline Stavis de Castro e a filha Laura Beatriz

ou pós-parto. A enfermeira dá o suporte necessário para o aleitamento ocorrer sem traumas e também para transição alimentar

e desmame. Caso seja necessário o encaminhamento médico, as pacientes podem agendar uma consulta com o Médico de Família da CAA/PR ou procurar o profissional de sua confiança.

Com dificuldades para amamentar sua filha e ciente da importância do leite materno para a saúde dos bebês, principalmente, nos primeiros seis meses de vida, a advogada Caroline Stavis de Castro se inscreveu no programa. “As orientações e dicas que recebi dos profissionais foram fundamentais para que a Laura Beatriz ‘pegasse’ meu seio para mamar. Esse foi meu maior

problema nos primeiros dias após o nascimento”, conta.

Mesmo sendo mãe de primeira viagem, Caroline não desistiu de dar o seio à filha. “No começo foi muito difícil, porque a Laura Beatriz não ‘pegava’ direito o peito e sugava o leite de maneira incorreta. E eu não sabia como fazer. O programa de amamentação solucionou o problema. Agora estamos muito bem”, sublinha a advogada. “O aleitamento materno, além de nutrir a criança, estreita ainda mais a relação do filho com a mãe”, reforça. “O programa da CAA/PR fez a diferença”, salienta.

Incentivo ao aleitamento materno

A Organização Mundial da Saúde recomenda a amamentação até os dois anos de idade ou mais, e que nos primeiros 6 meses o bebê receba somente leite materno, sem necessidade de sucos, chás, água e outros alimentos. Quanto mais tempo o bebê mamar no peito, melhor para ele e para a mãe. Amamentar é muito mais do que nutrir a criança. É um processo que envolve interação profunda entre mãe e filho, com repercussões no estado nutricional da criança, na defesa contra infecções e no desenvolvimento cognitivo e emocional.

A advogada Fernanda Rocha de Rezende conhece os benefícios do aleitamento materno porque amamentou Leonardo, seu primeiro filho, por 3 anos e 5 meses, “sem nenhuma dificuldade e a experiência foi gratificante”, conta. No entanto, com Lucas foi diferente. “Meu segundo bebê sugou o leite de maneira incorreta, ferindo o bico do meu seio, gerando muita dor, e praticamente quase inviabilizando a amamentação”, relembra.

Ciente da importância do leite materno e observando que “amamentar é uma troca de amor que transcende”, Fernanda não hesitou em procurar ajuda. “Lembrei de um folder que recebi da Caixa dos Advogados sobre o programa com proposta de ajudar as mães a superarem os obstáculos que ocorrem durante a fase do aleitamento materno”.

“Depois de pesquisar todas as informações, busquei as orientações das enfermeiras participantes do projeto. E, principalmente, quero agradecer o apoio que recebi da Sibeli, que me atendeu com muito carinho e profissionalismo. As orientações da enfermeira foram fundamentais para me ajudar a identificar a causa da dor e corrigir o problema, além das dicas para cicatrizar a ferida”, observa a advogada. “O programa lançado pela CAA/PR é muito interessante”, acentua Fernanda, sublinhando que a Caixa deve investir na ampliação do projeto, oferecendo, por exemplo, um curso para os pais sobre os primeiros cuidados com o recém-nascido, introdução



Advogada Fernanda Rezende procurou auxílio no Programa de Apoio à Amamentação da CAA/PR

alimentar, entre outros assuntos.

Fernanda ficou muito agradecida pelas informações e porque agora prossegue com a amamentação do Lucas sem nenhuma dificuldade, e também sugere a criação de um espaço de amamentação e troca de fraldas dentro das Salas dos Advogados nos Fóruns. “Proposta que poderia até ser viabilizada pela Caixa”, propõe. “Assim, as mães que estão amamentando podem participar das audiências e ir aos Fóruns com mais tranquilidade, seria perfeito”, finaliza.

APMC faz balanço de ações, projetos e realizações deste ano

Fotos: Divulgação e Bebel Ritzmann

A Associação dos Procuradores do Município de Curitiba-APMC é uma instituição sem fins lucrativos, representativa dos procuradores municipais que atuam na cidade de Curitiba, mantendo em seu quadro 86 associados. E integra a Associação Nacional de Procuradores Municipais – ANPM, entidade que atua em nível nacional, representante máxima dos procuradores municipais, considerando-se os 5.570 municípios brasileiros, presidida por Cristiano Reis Giuliani. Também mantém assento junto ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município.

A ANPM sustenta que os procuradores têm o papel preventivo de controle da legalidade e nesta tarefa, além de proporcionar segurança jurídica aos atos da administração municipal, defendem as políticas públicas e a aplicação da lei nos processos judiciais, em que seja parte ou interessado, o Município. O procurador municipal é o primeiro filtro contra a corrupção, pois por meio do controle eficiente dos recursos públicos, contribui para que as cidades tenham orçamento equilibrado, sem desvios. A ANPM atua para aperfeiçoamento da gestão pública municipal e valorização profissional dos procuradores.

A diretoria da APMC é composta pelo presidente, Héliomar Jérry Dutra de Freitas; vice-presidente, Bernardo Meyer Cabral; secretária Monika Ludwig; diretor financeiro, Ricardo Pallazzi; diretora social,



Divanir Alberti Vilela da Silveira; diretora cultural, Raquel Gaidex; e diretora técnico científica e jurídica, Vera Sigwalt Bittencourt. Compõem o Conselho Fiscal: Regina Maria Reichmann Seixas; Ernandez Fernandes da Nóbrega Júnior e Katuscia Bastian Moura.

Ações e projetos

Na atual gestão foi criado o Colégio de ex-Presidentes, composto por procuradores não aposentados, ex-presidentes da entidade, com a atribuição de compartilhar ideias e propostas apresentadas e auxiliar a APMC na política externa da entidade. Atualmente, integram o Conselho os procuradores Paulo Salamuni, Marilena Indira Winter, Miguel Kalabaide, Lidson Thomas, Paulo Roberto Jansen, Carlos Augusto de Araújo Costa, Luciano Marlon Ribas e Majoly Aline Hardy.

Ao fazer um balanço do ano de 2018 acerca da atuação da entidade, o presidente Héliomar Jérry Dutra de Freitas ressalta que, além da re-

gularização de procedimentos da entidade, a APMC contratou uma assessoria contábil que avalizou as prestações de contas e equalizou questões da entidade junto aos órgãos governamentais.

“A entidade manteve, ainda, contrato com assessoria de imprensa, necessária à difusão de conteúdos de interesse da entidade, visando esclarecimentos de suas ações aos associados e divulgação de matérias de interesse coletivo que são difundidas por diversos canais de comunicação, o que auxilia no reconhecimento da APMC e divulgação dos trabalhos da associação”, reforça o presidente da APMC.

Esta gestão também criou uma página interna no site da Associação, com acesso restrito aos procuradores, com informações de todos os assuntos que dizem respeito à classe, como questões afetas à carreira; deliberações da ANPM; prestações de contas; publicação de textos produzidos por procuradores municipais; dentre outros assuntos.



Em relação à atuação da APMC junto ao Conselho Superior, Héliomar Jérry Dutra de Freitas destaca que, neste ano, com fundamento na legislação, foi deferida a destinação de recursos para cursos; passagens e hospedagens para eventos nacionais; cursos de aperfeiçoamento profissional e livros. “Essas ações visam à manutenção do processo de aprimoramento pessoal que é, indiscutivelmente, de suma importância para a atualização e manutenção das atividades da própria instituição”, ressalta.

Por ocasião do XIV Congresso Nacional de Procuradores Municipais, realizado em Curitiba em 2017, hou-

ve o lançamento da Revista da Procuradoria-Geral do Município, que está na 4ª edição, e traz artigos produzidos por procuradores municipais acerca de temas do Direito Público, que são selecionados através de comissão específica. A publicação é custeada pelo Fundo da Procuradoria-Geral do Município, mas o processo de seleção de artigos, organização da revista e distribuição são atribuições da Associação.

A APMC organizou a apresentação das novidades prevista na lei nº 13.655/2018, que altera o Decreto-Lei nº 4.657/1942, denominada “Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro”, importante evento que

contou com a participação dos procuradores municipais do Paraná, e servidores municipais. “O evento veio ao encontro da necessidade de aprimoramento e qualificação dos procuradores, uma vez que a lei trata do Direito Público”, observa o presidente da entidade.

Representada pelo presidente, a entidade participou da cerimônia de posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, em Brasília, na Sede do Conselho Federal da OAB. O presidente eleito foi Cristiano Reis Giuliani, advogado e procurador do Município de Belo Horizonte, por concurso público.

No dia 11 de agosto é comemorado o Dia do Advogado. Porém, como a data coincidiu com o final de semana (sábado), as comemorações foram realizadas no dia 17 de agosto, no salão de eventos do San Juan Hotéis, no Centro Cívico, onde foi servido um café colonial.

O presidente da APMC participou do Congresso Paranaense de Direito Administrativo, sendo que na oportunidade, gravou um vídeo para a OAB sobre o evento, com o intuito de divulgar e convidar à participação de interessados na área específica. E também se tornou apoiadora do Congresso de Direito à Cidade e de Direito Imobiliário, organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná, por meio da Comissão de Direito à Cidade e da Comissão de Direito Imobiliário e da Construção.

O procurador municipal Paulo Salamuni, considerando seu histórico na Procuradoria do Município e o precedente nacional para a categoria ao ser eleito Senador suplente da República, recebeu homenagem

da APMC. "É a primeira vez no histórico da Procuradoria do Município de Curitiba, e ao que se tem notícia, no histórico das procuradorias no Brasil, que um procurador municipal é eleito senador da República. Tal fato é motivo de orgulho para a Associação, visto que Paulo Salamuni integra nossa entidade associativa", afirma Héliomar Freitas.



Este ano foi marcante também pela realização do XV Congresso Nacional de Procuradores Municipais, promovido pela ANPM e realizado em Belo Horizonte (MG), considerado o principal encontro para que os profissionais da área discutam boas práticas para a gestão de suas autarquias.



Quanto aos direitos e garantias dos procuradores, o presidente da APMC assegura que em nível nacional estão em andamento discussões sobre a constitucionalização da carreira de procurador, além de outras propostas de emenda à Constituição; discussões sobre teto remuneratório, dentre outros. A articulação nacional sobre tais temas parte da ANPM, com o apoio das Associações de Procuradores Municipais, e se traduz num marco para a carreira em nível nacional, visto a busca incessante de priorizar direitos e garantias à carreira e seus procuradores.



Cabe colocar nesta lista de realizações da APMC, a reunião de procuradores municipais de Curitiba realizada na sede da OAB do Paraná, em março deste ano, quando foi entregue o 1º Diagnóstico da Advocacia Pública nos Municípios Brasileiros. Segundo o presidente da APMC foi um importante estudo apresentado a instituições representativas da sociedade. "Ficou comprovado que apenas 34% dos municípios contam



com procuradores concursados, além de outros dados que evidenciam a qualidade na gestão pública quando da existência de procuradorias e procuradores efetivos em nível municipal", destaca.

Além de todas as ações desenvolvidas ao longo de 2018, a APMC in-

vestiu no evento de Confraternização de Natal, tradição da entidade. "Momento de reflexão sobre as conquistas efetivadas e, acima de tudo, de compartilhar e sociabilizar com os amigos, festejar conquistas, reafirmar compromissos e agradecer a Deus por mais um ano", finaliza o presidente da APMC.

Os negócios de impacto e a agenda do meio ambiente

Foto: Divulgação

Na primeira semana pós-eleições, o presidente eleito Jair Bolsonaro anunciou que uniria sob um único ministério as pastas do Meio Ambiente e da Agricultura. A proposta foi recebida com críticas por especialistas e manifestações contrárias das organizações de defesa do meio ambiente. O governo eleito, aparentemente, recuou.

Enquanto paira dúvida sobre o formato da administração executiva federal nessa frente, a discussão é oportuna e merece também uma análise jurídico-econômica sob a ótica dos negócios de impacto. A Constituição Federal foi pioneira ao estabelecer no capítulo dedicado ao Meio Ambiente o direito do cidadão ao ecossistema ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A lógica desenvolvida até hoje em normas, doutrina e jurisprudência se deu sob o ângulo do dano ambiental (potencial ou realizado) decorrente da atividade produtiva ou extrativista e, a partir disso, meios de avaliar, mitigar, prevenir o risco e indenizar o prejuízo sofrido, além de punir os responsáveis. E esses investimentos para a solução de problemas sociais e ambientais foram, historicamente, conferidos à administração pública ou à filantropia, com pou-

co ou nenhum envolvimento da iniciativa privada.

Na última década, no entanto, surgiu um segmento da nova economia no qual os negócios agregam a seus produtos e serviços soluções para os mais diversos desafios socioambientais. A empresa passa a utilizar as ferramentas que possui não apenas para evitar o dano ambiental potencial, mas também para promover um benefício real àqueles envolvidos em sua cadeia de valor, os recursos naturais empregados e o ambiente à sua volta.

Os negócios de impacto, via de regra, desenvolvem um mercado a partir de uma necessidade existente. As políticas ambientais são catalisadoras do surgimento e da escala desses empreendimentos, inclusive nos campos da agricultura - pelas agritechs, por exemplo - e da economia regenerativa.

Vê-se um crescimento em todo o mundo, e também no Brasil, de empresas que integram o propósito de gerar um impacto socioambiental positivo por meio de suas atividades lucrativas, utilizando métodos verificáveis para mensurar o impacto das suas atividades e dando transparência a esses dados aos seus clientes e investidores. É uma mudança significativa de perspectiva, com o sucesso sendo medido não apenas pelo êxito econômico, mas também pelo impacto positivo



Por Rachel Avellar Sotomaiaor Karam, advogada

gerado na atividade – agregando este novo valor à companhia.

A adoção do impacto positivo ao modelo de negócio atende ao chamado constitucional de preservação coletiva do equilíbrio do ecossistema do planeta e aumenta a chance de alcance do benefício para as futuras gerações, pois repercute na perenidade do próprio negócio.

É fato que a pauta do Meio Ambiente é mais ampla que a da Agricultura e a intersecção existente entre elas não seria suficiente para justificar a fusão proposta. As políticas do governo federal para o meio ambiente muitas vezes servem de suporte para a realização efetiva dos impactos positivos buscados pelos negócios, e misturá-las aos legítimos interesses do estímulo à agropecuária nacional, bem como à regulação do setor, pode afetar negativamente todo um novo e promissor segmento econômico.

TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS PARA TRANSFORMAR SUA VIDA E DAS FUTURAS GERAÇÕES

O Parque Tecnológico Itaipu (PTI) é um centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação que, em um mesmo espaço, reúne instituições de ensino, entidades públicas e privadas, laboratórios, escritórios e uma série de iniciativas voltadas à busca de soluções para o Oeste do Paraná e para a região que une os três países: Brasil, Paraguai e Argentina.

O PTI dá suporte à sua instituição mantenedora, a Itaipu Binacional, na missão de promover o desenvolvimento econômico, turístico, tecnológico e sustentável no Brasil e no Paraguai.

O Parque Tecnológico Itaipu (PTI) é um centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação que, em um mesmo espaço, reúne instituições de ensino, entidades públicas e privadas, laboratórios, escritórios e uma série de iniciativas voltadas à busca de soluções para o Oeste do Paraná e para a região que une os três países: Brasil, Paraguai e Argentina.

O PTI dá suporte à sua instituição mantenedora, a Itaipu Binacional, na missão de promover o desenvolvimento econômico, turístico, tecnológico e sustentável no Brasil e no Paraguai.





PTI

Parque Tecnológico
Itaipu

+55 (45) 3576.7200

Email: pti@pti.org.br

Av. Tancredo Neves, 6731

Foz do Iguaçu -Paraná

www.pti.org.br

 /ptibrasil

Estado do Paraná condecora 81 personalidades

Fotos: Divulgação

O governo do Paraná condecorou 81 personalidades com a Ordem Estadual do Pinheiro. A cerimônia foi realizada no Palácio Iguazu e presidida pela governadora Cida Borghetti, que afirmou que os homenageados representam o espírito de persistência e trabalho.

“Convoco-os a continuar a transmitir aos nossos jovens o conhecimento que acumularam, a experiência que é única e, acima de tudo, a ética que vocês preservaram”, afirmou a governadora em seu pronunciamento.

Foram homenageados com a mais alta honraria do Estado do Paraná empresários, artistas, escritores, servidores públicos, lideranças religiosas, médicos, lideranças políticas, expoentes dos esportes, do Poder Judiciário e profissionais de diversas áreas.

A outorga da Ordem do Pinheiro marca os 165 anos da Emancipação Política do Paraná, comemorados em 19 de dezembro. Criada em 1972, pelo então governador Pedro Viriato Parigot de Souza, a comenda é o reconhecimento a mulheres e homens que fazem a diferença no Estado.

As pessoas condecoradas são indicadas pela sociedade civil, passam por uma comissão do governo do Estado e têm seus nomes formalizados por decreto. Entre os condecorados estão:

João Casillo (fundador da Acade-



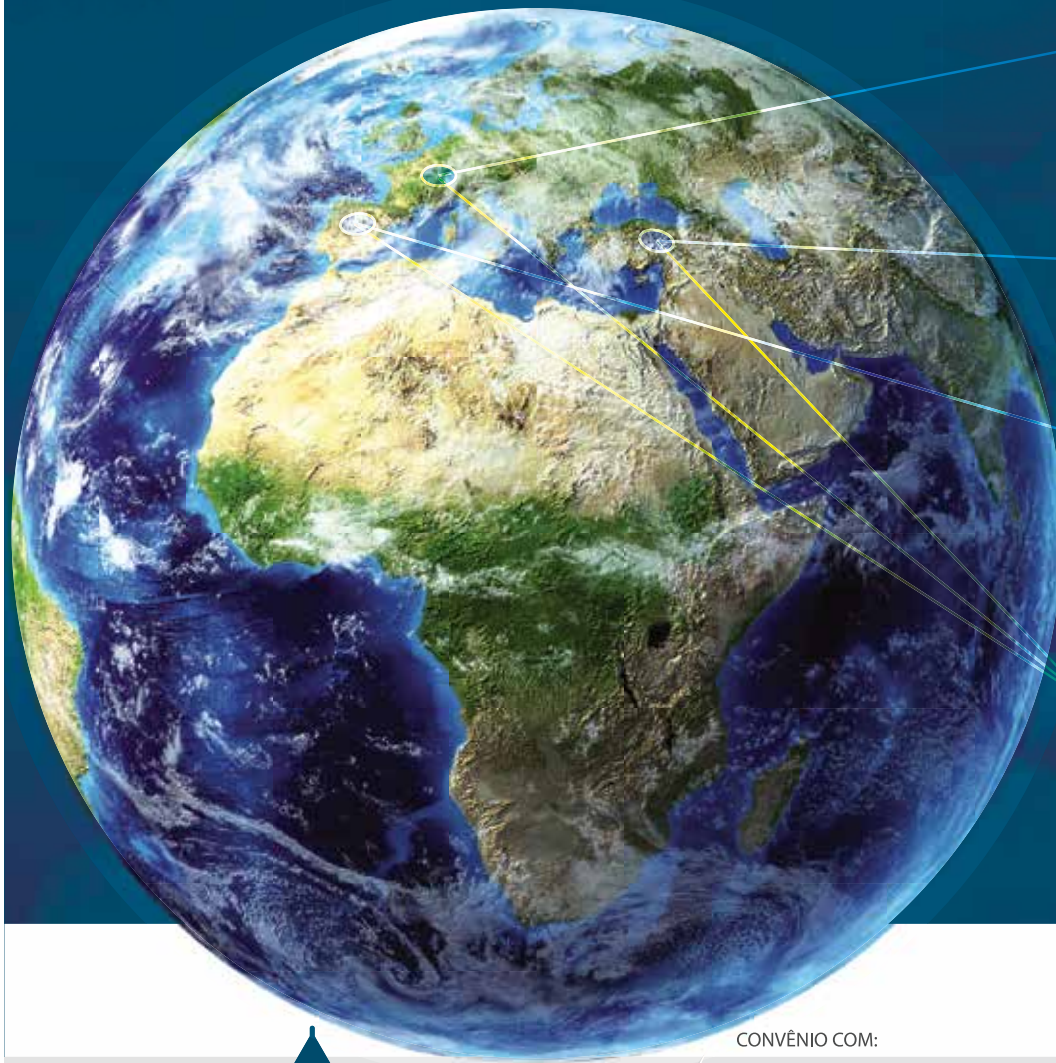
mia Paranaense de Letras Jurídicas), Cláudia Silvano (diretora-geral do Procon), Marcos Vitorio Stamm (diretor-geral brasileiro da Itaipu), Nelson Willians Fratoni Rodrigues (empresário), advogado Claudio Ferdinandí, Luiz Antônio Abbage (fundador da Academia Brasileira de Direito Desportivo), Alexandre Baldy de Sant’anna Braga, ministro da Cidades, desembargador João Pedro Gebran Neto, José Augusto Araújo de Noronha (presidente da

OAB Paraná), Maria Tereza Uille Gomes (CNJ), desembargador Mário Luiz Ramidoff, desembargador do Ruy Muggiati, desembargadora Lenice Bodstein, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, Saint-Clair Honorato Santos (procurador de Justiça), Maurício Leite Valeixo (superintendente da Polícia Federal no Paraná), Raffaele Feste (cônsul geral da Itália no Brasil) e Flávio Pansieri (conselheiro federal da OAB pelo Paraná).

ADVOGADO

VAI VIAJAR?

ANTES, FIQUE SABENDO:



- + Uma diária Hospitalar pode custar mais de **\$800,00**
- + Cirurgia de apêndice pode custar **\$35.000,00**
- + O Regresso sanitário (retorno após alta médica) pode custar mais de **\$50.000,00**
- 🔒 Um Seguro Viagem para tudo isso, você encontra aqui **com o melhor custo benefício do mercado**

SEGURO VIAGEM

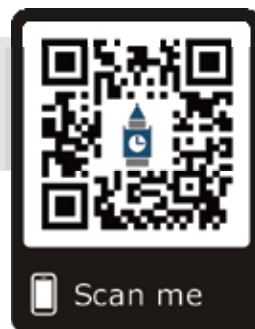
LONDON SEGUROS

CONVÊNIO COM:

CAIXA
DOS ADVOGADOS DO PARANÁ

PARANÁ

SIMULE AQUI



43 3327 3000

www.londonseg.com.br

Av. Maringá, 2300 | 86060-000 | Londrina-PR

SulAmérica

Os seguros SulAmérica obedecem as Condições Gerais que devem ser lidas previamente à sua contratação. Processo SUSEP 1414.901176/2015-81. O registro desse plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. Todas as coberturas desse seguro são válidas durante o período de vigência da apólice, respeitadas as cláusulas definidas nas Condições Gerais do produto. A aceitação do seguro estará sujeita a análise do risco. Todos os capitais contratados sofrerão atualização monetária pela variação positiva do IPCA/IBGE. *Títulos de Capitalização da modalidade incentivo, emitidos por SulAmérica Capitalização S.A. CNPJ: 03.558.096/0001-04 e Processo SUSEP 154.14.9010922/2013-85. Prêmio no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o contemplado (segurado) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o corretor vendedor (ou loja) bruto de IR (25%), conforme legislação vigente. Central de serviços: 4004 4935 (Regiões Metropolitanas) e 0800 726 4935 (Demais Localidades) - Atendimento de 2ª a 6ª feira, das 8h às 18h30. SAC: 0800 725 1894. SAC Deficiente Auditivo ou de Fala: 0800 702 2242. Ouvidoria: 0800 725 3374.

Constitucionalismo feminista

Fotos: Divulgação

O livro “Constitucionalismo Feminista” é um convite à reflexão a todos os estudantes, professores e pesquisadores em Direito Constitucional que, nos 30 anos da Constituição de 1988, queiram compreender, aprender e discutir o Direito Constitucional.

A obra foi produzida por mulheres que escolheram o constitucionalismo e as questões constitucionais como fontes inspiradoras de seus estudos, pesquisas e trabalhos, tendo a Constituição da República como referência normativa mais importante do seu labor jurídico.

Organizado pela advogada Bruna Nowak, integrante do Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos

Humanos da Universidade Federal do Paraná, com experiência em Direito Internacional, o livro tem prefácio assinado pela ministra do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Rosa Weber.

A coordenação da obra ficou sob a responsabilidade de Christine Oliveira Peter da Silva, doutora em Direito, Estado e Constituição, Estefânia de Queiroz Barboza, doutora em Direito, e Melina Girardi Fachin, doutora em Direito Constitucional, com ênfase em Direitos Humanos.

Além das coordenadoras, fazem parte do rol de autoras do livro: Ana Paula de Barcellos, Carolína de Castro, Cecília Caballero Lois, Daniela Urtado, Danielle Pamplona, Flávia Piovesan, Jânia



Saldanha, Katya Kozicki, Larissa Tomazoni, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Maria Garcia, Marina Bonatto, Paula Pessoa Pereira, Regina Maria Macedo Nery Ferrari, Sandra Nascimento, Talita Ferreira Guindani e Vera Karam de Chueiri.



Compliance e gestão de riscos nas empresas estatais

Fotos: Divulgação

Os advogados Rodrigo Pironti Aguirre de Castro e Francine Silva Pacheco Gonçalves lançaram o livro “Compliance e gestão de riscos nas empresas estatais”, publicado pela Editora Fórum. A obra foi considerada um guia prático sobre o desenvolvimento e aprimoramento da cultura da ética, de acordo com leis e normas regulatórias aplicáveis em rotinas administrativas. O prefácio é do ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, e apresentação de Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público junto ao TCU.

O conteúdo distribuído em 152 páginas aborda temas que tratam desde o comprometimento da alta administração, estruturação e atribuições da área de compliance, análise de riscos e código de conduta e integridade e políticas internas, até canal de comunicação e denúncias, plano de comunicação, capacitação, treinamento e monitoramento, além de apresentar sugestões para aprimoramento contínuo do programa de integridade e compliance.

O livro é didático, ao mesmo tempo completo, e pode se tornar o novo manual de cabeceira das diretorias de integridade das estatais. Inova ao ir além da teoria, buscando ser um verdadeiro guia jurídico. Na obra a doutrina e a legislação são acompanhadas



de gráficos, tabelas e roteiros. A métrica criada pelos autores para a avaliação da efetividade dos programas é o ponto alto do texto, agregando valor à obra

que se tornará, sem dúvida, o mais novo best-seller na matéria.

Uma obra imprescindível sobre compliance e gestão de riscos para as instituições sérias e comprometidas com a entrega de resultados para a sociedade, especialmente para as empresas estatais.



Curso de Direito Penal – parte geral

Fotos: Bebel Ritzmann

O professor René Ariel Dotti lançou o livro “Curso de Direito Penal – parte geral”, 6ª edição, revista atualizada e ampliada, e contou com a colaboração acadêmica de Alexandre Knopfholz e Gustavo Scandelari, sócios da Dotti e Advogados.

O livro, publicado pela Revista dos Tribunais, selo editorial da Thompson Reuters Brasil, recebeu importantes modificações para enfrentar questões dogmáticas contemporâneas de modo claro e objetivo.

A 6ª edição do “Curso de Direito Penal – parte geral”, disponível também em versão digital, conta com mais de mil páginas e 27 títulos abordando temas como sistema penal, a perspectiva histórica do Direito Penal, exclusão de ilicitude, isenção da pena, medidas de segurança, extinção da punibilidade, regulamentação da colaboração premiada, responsabilidade penal da pessoa jurídica e outros aspectos clássicos e modernos das ciências penais.



René Dotti autografa exemplar da obra



René Dotti, Alexandre Knopfholz e Gustavo Scandelari



Graciela Marins e René Dotti



Dotti, as filhas Rogéria e Cláudia e a esposa Rosarita



Gustavo Scandelari, José Roberto Scandelari e René Dotti

Responsabilidade socioambiental empresarial

Fotos: Zinho Gomes

Em um ambiente literário e ao mesmo tempo informal, a advogada Anelize Klotz Fayad escreveu “Responsabilidade socioambiental empresarial”. O livro, publicado pela Editora Instituto Memória, traz informações contemporâneas como compliance, stakeholders e stockholders, certificações confiáveis, legislação pertinente, transparência, ética e o não envolvimento em corrupção. Com prefácio do professor Alexandre Coutinho Pagliarini e apresentação da professora Regina Maria Bueno Bacellar, a obra apresenta detalhes dos aspectos fundamentais socioambientais e econômicos em uma linguagem de fácil compreensão ao público em geral.

O livro é fruto da dissertação de conclusão do mestrado em Direito Socioambiental e Econômico da autora, que buscou analisar um tema pouco explorado na área jurídica. “Assim apresento conceitos da administração de empresas e

contabilidade social, combinados ao Direito”, sublinha. A advogada estudou cinco empresas de atividades distintas (energia, financeira, papel e celulose, cosméticos, vestuário) que possuem o ISE, destacando os motivos da obtenção do índice junto à BOVESPA. Anelize observa que a obra pode servir como guia de informações aos interessados em investir na bolsa de valores com interesse sustentável.

Anelize ressalta que novos instrumentos e modelos de gestão sustentável passam a ser aplicados face aos desafios em conciliar atividades empresariais à proteção dos recursos naturais. “A responsabilidade socioambiental, incorporada ao planejamento estratégico, une três capitais: o social, o econômico e o ambiental, componentes do modelo de gestão Triple Bottom Line ou três 'pes': people, planet, profit - pessoas, planeta e lucro, que interligados alicerçam a sustentabilidade”, explica a autora.



Anelize Klotz Fayad



Rose Dequech e Anelize Fayad



Luciane Trippia, Nadia Mikos, Anelize Fayad, Rafaela Kuster, Jaqueline Lobo e Zulmira Leonel



Alexandre Pagliarini, Anelize Fayad e Regina Bacellar



Anderson Prestes, Giugliana Carta, Aieda Muhieddine e Andre Tomaz



Franciane Alves, Anelize Fayad, Renata Coelho e Gianfabio Luiz

Meio Ambiente do Trabalho: fundamentos jurídicos para a empresa e cidadania

Fotos: Zinho Gomes

As advogadas e professoras de Direito Regina Maria Bueno Bacellar e Rúbia Zanoteli de Alvarenga coordenaram o livro “Meio Ambiente do Trabalho: fundamentos jurídicos para a empresa e para a cidadania”, prefaciado pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, Luiz Eduardo Gunther. A obra é uma publicação do Instituto Memória.

As coordenadoras comentam que a ideia do livro surgiu da troca de ideias com o desembargador Gunther e também da “constatação da necessidade de se desenvolver estudos jurídicos específicos sobre situações que ocorrem cotidianamente no ambiente do trabalho e que causam consequências muitas vezes lesivas aos empregados”.

De acordo com as advogadas Regina Bacellar e Rúbia Zanotelli, “essas circunstâncias devem ser tratadas de forma adequada para possibili-

Relação de artigos e respectivos autores:

“O direito à intimidade e à privacidade na relação entre o empregador e empregados à luz do princípio da dignidade humana como fundamento do Estado Democrático de Direito”, Adriana Martins Silva

“Normas de segurança, ergonomia e meio ambiente de trabalho”, Edu R. Trevisan

“Ambiente de trabalho e reparação civil na terceirização”, João Marques Vieira Filho

“Direito de propriedade intelectual: indenizações pelas criações e inventos dos empregados”, José Affonso Dallegrave Neto

“O assédio moral no meio ambiente do trabalho: dano moral e/ou dano existencial”, Luiz Eduardo Gunther

“A metamorfose da subordinação jurídica”, Márcia Kazenoh Bruginiski

“Estereótipos sociais afetam imagem da mulher idosa no trabalho”, Maria da Glória Colucci

“Jovem aprendiz: vítima e testemunha de violência no meio ambiente do trabalho”, Mário Luiz Ramidoff e Luísa Munhoz Bürgel Ramidoff

“A ausência de ética e o não enfrentamento do medo como externalidades nas relações laborais”, Nada Regina de Carvalho Mikos

“Reflexos acerca da automação em tempos de crise e milhares de desempregados”, Patrícia Dittrich Ferreira Diniz

“Privatização: reflexos no ambiente de trabalho”, Regina Maria Bueno Bacellar

tar um ambiente de trabalho sadio e equilibrado e também promover

desenvolvimento integral dos indivíduos que nele labutam”.



Regina Bacellar e Luís Eduardo Gunther



Edu Trevisan, Regina Bacellar, José A. Dallegrave Neto e Valeria Pinto



Os autores dos artigos que integram o livro



Maria da Glória Colucci, João Marques Vieira Filho, Luís Eduardo Gunther e Regina Bacellar



Adriana Martins, Marcia Bruginiski e Regina Bacellar



Raquel Cavagnari, Regina Bacellar e Rodrigo Cavagnari.

Nova lei garante maior cuidado com os dados pessoais

Foto: Kelly Knevels

A advogada Bianca Meres Silva Theer, especialista em Direito Empresarial e Societário, esclarece o que mudará com a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A legislação traz mudanças impactantes, que vêm sendo adotadas em grande parte do mundo. Empresas de todos os setores terão que se adaptar às novas determinações e uma nova cultura acerca do uso adequado de dados deverá ser formada, visando dar mais segurança aos consumidores.

Ações Legais - No que consiste a nova Lei Geral de Proteção de Dados?

Bianca Theer - A Lei n.º 13.709 representa um marco legal para a proteção de dados pessoais e privacidade no Brasil. Debatida há oito anos no Congresso, e seguindo o modelo da General Data Protection Regulation da União Europeia, a normativa regula como empresas do setor público e privado devem tratar os dados pessoais que venham a ter acesso, de todos os cidadãos. O conceito de dados pessoais adotado na lei é amplo, podendo ser qualquer informação que identifique uma pessoa ou que, se cruzada com outro dado, permita identificá-la. Nome, sobrenome, CPF e RG, por exemplo, são dados de uma pessoa identificada, que diretamente levam à sua identidade. Já outros como raça, etnia, sexualidade e opinião política podem ser



Advogada Bianca Meres Silva Theer, especialista em Direito Empresarial e Societário

usados de forma discriminatória por agentes mal-intencionados, portanto são considerados "sensíveis" e também recebem proteção. Alguns dados anonimizados também poderão ser protegidos para fins de propaganda e criação de perfis comportamentais. A lei não se aplica ao tratamento de dados para fins jornalísticos, artísticos, acadêmicos, de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou de atividades de investigação e repressão de infrações penais. Por fim, o uso de dados de crianças deverá ser feito sempre com o consentimento de, ao menos, um dos pais ou responsável legal.

Ações Legais - O que irá mudar para o consumidor?

Bianca Theer - Os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados ganharam maior proteção com a nova lei. As empresas deverão respeitar as hipóteses legais para o tratamento de dados pessoais, dos quais destaca-se a obtenção de consentimento, livre, informado e inequívoco do titular. Apesar da lei prever a hipótese de tratamento em razão de interesse legítimo do controlador (empresa ou entidade detentora das informações), esse tratamento não poderá prevalecer sobre os direitos e liberdades fundamentais do titular.

Ações Legais – E para as empresas?

Bianca Theer - As empresas terão 18 meses para a regularização de suas atividades, o que exigirá mudanças técnicas, estruturais e culturais consideráveis. Elas precisarão mapear todos os seus processos internos e externos, de modo a rastrear e verificar sua aderência à lei, com posterior definição de políticas e procedimentos para controle do efetivo cumprimento da lei. A partir da entrada em vigor da lei, essas deverão tratar somente o mínimo de dados necessários para a realização de suas finalidades, devendo, ainda, eliminá-los após a finalidade ou caso tais dados deixem de ser necessários ou pertinentes. Cada empresa ou entidade que responde juridicamente pela coleta dos dados pessoais deverá ter um encarregado por aceitar reclamações dos titulares, prestar esclarecimentos, adotar providências, dialogar com a autoridade nacional, orientar os funcionários, entre outras funções. Qualquer empresa que lidar com grandes bancos de dados precisará dispor desse cargo, o que demandará um investimento a mais. No entanto, apesar de serem necessários alguns investimentos para a mudança de cultura, controles e cargos, as empresas que se adequarem evitarão problemas regulatórios e poderão transformar a adoção das regras em algo positivo perante os clientes, o que poderá ser um diferencial de mercado. Estes custos podem ser encarados como investimentos pois, certamente, trarão vantagem competitiva.

Ações Legais – O veto presiden-

"Os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados ganharam maior proteção com a nova lei"

cial referente à criação da ANDP (Agência Nacional de Proteção de Dados) pode ser negativo para a aplicação da lei?

Bianca Theer - Entendo ser de suma importância a criação de uma autoridade fiscalizadora para a eficácia da nova lei. O veto da criação da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) se deu por uma questão de inconstitucionalidade na forma da sua criação, que não atendeu o processo legislativo. No entanto é inquestionável que, para que os usuários/consumidores tenham uma maior segurança do cumprimento da lei, bem como para que os empresários sejam ouvidos quanto às suas dificuldades operacionais e que possam melhorar os seus sistemas de controle, será imprescindível a atuação de uma agência nacional preparada e es-

pecializada. Do contrário, existe a possibilidade de que a lei não venha a atingir a sua finalidade, deixando de proteger usuários e consumidores e, também, impondo exigências que não são operacionais na prática das empresas.

Ações Legais - As empresas poderão ser penalizadas se não observarem a nova lei?

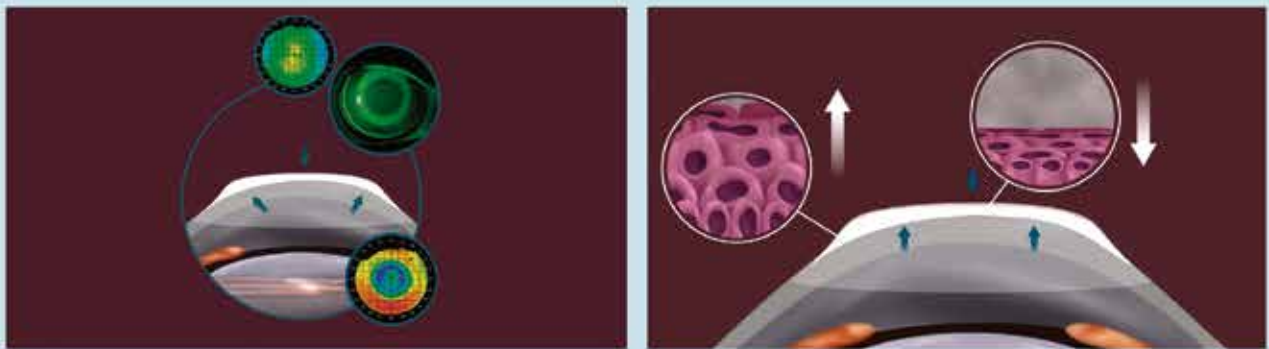
Bianca Theer - Sim, o descumprimento das novas obrigações de tratamento dos dados pessoais acarretará pena de advertência ou pagamento de multa simples ou diária, limitada a até 2% do faturamento da empresa (no valor máximo de R\$ 50 milhões por infração). Portanto, é importante que as empresas se preparem e estejam atentas ao prazo de 18 meses para se adequarem às novas regras, para não serem penalizadas.

Ortoceratologia: Uso Noturno das Lentes de Contato para o Controle da Miopia.

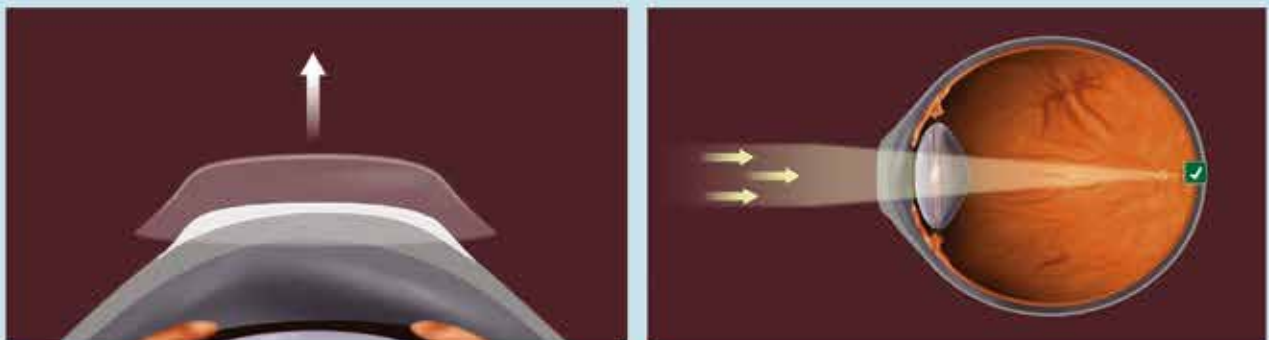
Segurança e Liberdade dos 7 aos 70 Anos.



Você usa a lente ORTO-K à noite e ela corrige o seu grau enquanto você dorme.



Ao acordar, você remove a lente ORTO-K. O tratamento temporário corrige e estabiliza a miopia, reabilitando sua visão.



Durante o dia, você está livre dos óculos e lentes de contato, enxergando confortavelmente.

Fonte: Imagens cedidas pela Paragon VISION Science CRT®



OFTALMOLOGIA: 41 3027.3807 | NEUROLOGIA: 41 3343.2391

- Exames Clínicos
- Lentes de Contato
- Cirurgias: Grau, Catarata e Glaucoma

- Avaliação e Tratamento da Dor de Cabeça

Av. Getúlio Vargas, 2932 - Térreo - Água Verde (em frente ao Clube Curitibano) - www.schaefer.com.br

IPRADE entrega Medalha do Mérito Eleitoral

Fotos: Divulgação

Dezembro é mês de confraternizações, de encerramento das atividades e também de reconhecimento.

Em sua festa de fim de ano, o Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE) condecorou duas autoridades com a Medalha do Mérito Eleitoral Paranaense, honraria oferecida a personalidades de destaque do Direito Eleitoral e da defesa da democracia.

Os agraciados com a Medalha do Mérito Eleitoral foram o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), desembargador Luiz Taro Oyama, e o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), juiz Geraldo Dutra.

A homenagem foi entregue pelo presidente do IPRADE, o advogado Moisés Pessuti.

Com o recebimento da honraria, os magistrados se tornaram membros honorários do IPRADE.

Já receberam a comenda o atual presidente do Supremo Tribunal Federal e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Dias Toffoli; os ex-presidentes do TRE-PR, desembargadores Adalberto Jorge Xisto Pereira e Luiz Fernando Tomasi Keppen; e o Diretor Jurídico da Itaipu, Cezar Eduardo Ziliotto.



Luiz Fernando Casagrande Pereira, Guilherme de Salles Gonçalves, Gustavo Bonini Guedes, Adalberto Jorge Xisto Pereira, Luiz Taro Oyama, Geraldo Dutra de Andrade Neto e Orlando Moisés Pessuti



Orlando Moisés Pessuti, Luiz Taro Oyama e Geraldo Dutra de Andrade Neto

Homenagem em encontro da família Albuquerque Maranhão

Fotos: Bebel Ritzmann

Organizado pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Clayton Maranhão, aconteceu em Curitiba um encontro da família Albuquerque Maranhão. O evento teve por objetivo fazer uma homenagem a Jeronimo de Albuquerque Maranhão, reconhecido como primeiro comandante naval do Brasil e conquistador do Maranhão, no ano de 1614, e foi realizado na sede da AMAPAR – Associação dos Magistrados do Paraná.

A programação do encontro contou com palestra da professora Maria de Lourdes Lauand Lacroix, da Faculdade de História da Universidade Federal do Maranhão e autora da obra “Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil colonial”. Ela abordou a importância de Jerônimo de Albuquerque Maranhão na fundação da cidade de São Luís do Maranhão.

Na sequência, Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão, membro do Colégio Brasileiro de Genealogia e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 10º descendente direto do homenageado, falou sobre os aspectos biográficos de Jeronimo Maranhão.

Também foi feita uma homenagem aos primeiros descendentes de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, chegados no Estado do Paraná no início do século XX.



Mario Maranhão (cardiologista), Clayton Maranhão (desembargador), Mauro Maranhão (empresário) e Fernando Maranhão (advogado)

Quem foi Jeronimo de Albuquerque Maranhão

Mameluco nascido em Olinda (PE), no ano de 1548, Jeronimo de Albuquerque Maranhão é uma figura histórica importante no contexto da civilização luso-ameríndia. Filho do português Jeronimo de Albuquerque com a índia Muira Ubi, depois batizada Maria do Espírito Santo Arco Verde, teve protagonismo na defesa do espaço territorial brasileiro contra invasores

franceses e holandeses no período colonial e do ciclo do açúcar.

Jeronimo era um líder junto à comunidade indígena, e por ser sobrinho do primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, recebia de Gaspar de Souza, Governador-Geral do Brasil, as missões e ordens emanadas de El Rei de Portugal, dentre elas, a defesa da Ilha de São Luís do Maranhão, então ocupada pelos invasores franceses, originando a Batalha



Clayton Maranhão, Josephina de Albuquerque Maranhão (102 anos), Mercedes Maranhão Ritzmann e Dimíttria Maranhão e mais ao fundo Ieda Alaide Maranhão Loureiro



Sergio Luiz Maranhão Ritzmann (diretor-geral do TRE Paraná), Clayton Maranhão e Geraldo Dutra de Andrade Neto (presidente da AMAPAR)

de Guaxenduba, entre 1613 e 1614, quando o pelotão de Jeronimo era três vezes inferior ao efetivo francês invasor.

Contudo, mediante manobras simultâneas realizadas por pouco mais de setecentos soldados em terra e pelo mar, mediante flotilha de sete embarcações, Jeronimo de Albuquerque, o mameluco, firmou armistício de um ano com o Senhor Ravardière, quando os franceses se retiraram da Ilha de São Luís, vindo a fundar, mais adiante, o que hoje conhecemos por Guiana Francesa.

Em virtude desse feito militar, Jeronimo de Albuquerque fez acrescentar ao seu patronímico o agnome "Maranhão", para perpetuar esse fato histórico entre os seus descendentes, como relata Sérgio Buarque de Holanda no volume um da obra História da Civilização Brasileira.

A Marinha recentemente inaugurou dois bustos de Jeronimo de Albuquerque Maranhão, um na cidade do Recife e outro no município de Icatu, Estado do Maranhão. Diante desse fato, Jeronimo de Albuquerque Maranhão é reconheci-

do pela Marinha como o primeiro comandante naval do Brasil. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos promoveu a obliteração e lançamento do selo comemorativo aos 400 anos da Batalha de Guaxenduba, retratando a flotilha por ele comandada.

O desembargador Clayton Maranhão está na 11ª geração da descendência direta de Jeronimo de Albuquerque Maranhão. “Na juventude, cresci ouvindo passagens históricas de Jeronimo de Albuquerque Maranhão, sobretudo de minha tia-avó Zuleika Maranhão Fernandes, filha do Major do Exército Imperial José Pinheiro de Albuquerque Maranhão. Foi por intermédio dela que tive acesso ao livro “A Casa de Cunhaú”, situada numa região próxima de Natal, um dos mais importantes engenhos de açúcar do Nordeste, e que ficou sob domínio da Família Albuquerque Maranhão por aproximadamente 300 anos. É na capela desse engenho que Jeronimo de Albuquerque Maranhão se encontra inumado. Há aproximadamente 20 anos, a Capela foi tombada pelo patrimônio histórico do Rio Grande do Norte”, conta.



Presentes ao encontro da família Albuquerque Maranhão

Em 10 lições, confesso que vivi

Por Josephina Rocha de Albuquerque Maranhão | Fotos: Arquivo Pessoal

Aos 102 anos já posso usar esse título, muito embora, pretendo ficar mais um tempo ainda por aqui.

Nasci em 1916, de modo que a transformação das cidades, da tecnologia e da vida mesmo foi tão grande que não vou cansá-los com histórias intermináveis, até porque, nunca me senti velha ou do passado, sempre gostei de viver o presente.

Meu pai Manoel Liberato Rocha era um comerciante importante na Curitiba do início do século passado, possuidor da maior loja de artigos importados para homens e mulheres da época, a Casa Carioca.

Diante dessa condição privilegiada, meu pai construiu no terreno da família um casarão no início da Avenida do Batel. Além disso, foi dono do 18º automóvel que chegou à cidade e, por isso, detentor do nº18 na sua placa.

Minha mãe, Mercedes Seiler Rocha, era uma mãe dedicada e, como as mulheres daquele tempo, dedicava todo seu tempo à sua fa-



Abra as portas, sem medo, a vida é linda e passiva e está sempre aguardando por você

mília e às ações beneméritas em nome dos menos necessitados.

A rua hoje existente no Bacacheri, que empresta seu nome, é em homenagem ao seu trabalho junto ao Educandário São Francisco, iniciado por ela naquela via. Apesar de meu pai ser comerciante de roupas finas, minha mãe era uma mulher simples, completamente distante de vaidades.

Quando a Casa Sloper instalou-se em Curitiba, começaram as dificuldades financeiras de meu pai, que não podia competir com produtos mais baratos e fazer frente às facilidades daquele magazin. Desde então, comecei a ver que a vida não seria tão fácil e também a aprender as primeiras lições.

Minha irmã Justina se casou com Marcelo de Albuquerque Maranhão e, com isso, conheci seu irmão Edgard, que acabou sendo meu marido, meu companheiro e pai das minhas duas filhas Ilka e

Mercedes. Fui completamente feliz no meu casamento!

Fiquei viúva aos 65 anos, conheci o mundo todo, mas nunca encontrei uma cidade tão completa como Paris.

Meus netos são como o sol brilhando em dia de céu muito azul do inverno curitibano.

Sempre convidei para me acompanhar em viagens um dos meus quatro netos (Kitty, Helozinha, Bel ou Cezico), porque se fossem dois eu iria ficar sozinha.

Nas viagens sempre pedia a eles: “Essa deve ser minha última viagem, por isso, atendam as minhas vontades”...., e essa minha fala durou mais ou menos uns 30 anos (risos).

Uma vez, durante uma temporada em Paris, com o Sérgio (Cezico), fiquei com vontade de conhecer Dubai, que era a cidade onde passava uma novela da época. Pedi a ele para comprar um voo até lá. Ele re-



Desde cedo, comecei a ver que a vida não seria tão fácil e também a aprender as primeiras lições

sistiu, como sempre, argumentando que o hotel estava pago e que tinha programado isso e aquilo, mas com minha frase mágica, dois dias depois, estávamos desembarcando em Dubai. Ah! e, ainda voltei muitas vezes a Paris...

Por fim, apoie-se na fé e na honestidade, porque a justiça da vida sempre estará junto a você... mas, às vezes, é preciso esperar um pouco.

Abra as portas, sem medo, a vida é linda e passiva e está sempre aguardando por você.



Nunca me senti velha ou do passado, sempre gostei de viver o presente

Meus cento e poucos anos

Atendendo o imediatismo dos dias de hoje, vou poupá-los dessa volta ao passado, que poderia ser quase infinita, pois, são infinitas as lembranças, e vou passar, de forma bem objetiva, para as 10 lições aprendidas durante esses cento e poucos anos, são elas:

1. Aprendi muito cedo a dar valor ao dinheiro, ao alimento, e a todas as coisas, nunca admiti o desperdício e a inutilidade, compartilhe tudo.
2. Você é uma pessoa do mundo e ele lhe pertence, quando houver outra opção, nunca fique em casa.
3. Nos anos 60 fiquei três meses viajando de ônibus, dei a volta completa nos Estados Unidos.
4. Os serviços domésticos são uma benção para o espírito e para o seu bolso, é o Cross Fit mais bacana que existe.
5. Seja organizada. A pessoa organizada faz economia, é sempre sustentável e prospera.
6. Jamais caia na armadilha de confrontar os fatos da vida, adapte-se (ops! só pra lembrar, adapte-se sempre).
7. Saiba esperar, a vida tem sua própria justiça.
8. Economize dinheiro não tempo.
9. Nunca recuse um convite, você é especial para alguém.
10. Está chovendo? Guarda-chuva. Está frio? Agasalho. A vida está acontecendo lá fora, não dentro da sua casa.



Josephina Maranhão, a Nenezinha, e sua neta Bebel Ritzmann

* Com colaboração da jornalista Bebel Ritzmann

Câmara Nacional de Arbitragem Trabalhista realiza primeira audiência

Foto: Divulgação



A Câmara Nacional de Arbitragem Trabalhista (Canatra), com sede em Curitiba, realizou sua primeira audiência de arbitragem em dezembro. Estiveram presentes o presidente da Câmara, José Affonso Dallegrave Neto, e o vice-presidente, Sérgio Luiz da Rocha Pombo.

A sessão contou também com a participação do secretário-geral, Ernani Kajota; do secretário-adjunto, Phellipe Henrique Cordeiro Garcia, e dos árbitros Ana Paula

Pavelski, Manoel Antônio Teixeira Filho e Margareth Barbosa de Amorim de Macedo.

A Canatra é a primeira e única Câmara completamente desvinculada de associações de classe a oferecer arbitragem exclusivamente trabalhista no país. Com isso, proporciona o serviço sem influenciar-se por manifestações ideológicas que pesem para alguma das partes, como é comum em outros órgãos.

Sua equipe é composta por árbi-

tros com expressão nacional e de todos os quadros. São arbitráveis desde litígios que envolvam empregados sob o regime CLT até, por exemplo, representantes comerciais e direitos estatutários.

A arbitragem de conflitos entre empregados e empregadores foi instituída pela Lei da Reforma Trabalhista (13.467/2017). Esse método de resolução de litígios se coloca como uma alternativa mais rápida e eficaz do que a Justiça tradicional.

Programa Advogado Livre do Cigarro tem taxa de 75% de sucesso

Autoestima e mais saúde é o que a advogada Luciane Mialski conquistou após quatro meses sem fumar. Ela aderiu ao programa antitabagismo da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná. Iniciado em julho deste ano, o “Programa Advogado Livre do Cigarro” vem ajudando um grande número de profissionais da área a deixar o vício. “Abandonar um hábito de 20 anos é muito difícil. Tentei uma vez parar de fumar sozinha, apenas com a força de vontade, mas não obtive êxito”, conta, lembrando que foi uma semana de sofrimento. Ao saber do projeto da CAA/PR, Luciane se propôs a tentar novamente a se livrar do tabagismo.

O tratamento, reuniões de apoio e orientações do médico e da nutricionista estão sendo os diferenciais para a advogada continuar sua luta. “Sinto-me vitoriosa com o resultado, que reflete na minha qualidade de vida. Já praticava exercícios físicos antes de ingressar no programa, mas agora a atividade rende muito



Advogada Luciane Mialski

mais, minha respiração melhorou. E o bom de tudo isso é que não alterei meu peso, não engordei neste período de abstinência”, pontua. Mas uma coisa é certa para a advogada: “Gosto mais de mim agora”, destaca Luciane Mialski.

Segundo levantamento da CAA/PR, o programa tem assegurado um elevado índice de êxito. Dos 23 advogados que participaram das duas primeiras etapas do programa antitabagista, 17 estão sem fumar, um índice de 75%. Os participantes continuam frequentando as reuniões de apoio para se fortalecerem na difícil missão de se livrar para sempre desse vício extremamente prejudicial à saúde. A maioria deles afirma que o programa da CAA/PR deve ser permanente, a fim de auxiliar outros profissionais da classe quando tomarem a decisão de abandonar o tabagismo.

Silvia Carolina Rozza Krug engrossa as estatísticas dos advogados que decidiram parar de fumar. Inscrita no programa há 46 dias, ela se sente renovada. “No começo foi muito difícil, pois fumei durante 10 anos. A abstinência é uma fase transitória, mas complicada. As reuniões de apoio são muito importantes para quem toma essa decisão. O tratamento personalizado e as orientações do médico e da nutricionista também são de grande ajuda nesse período”, assinala. Ela admite que foi convencida a parar de fumar. “Me sinto muito feliz de fazer parte do programa. Eu estava preocupada

Fotos: Divulgação



Advogada Silvia Carolina Rozza Krug

com a questão de aumentar a ansiedade, mas o médico mostrou a diferença entre ansiedade e abstinência para que a gente possa superá-las”, pontua. “O programa é exitoso porque está alinhado a informações sobre alimentação, lazer e atividade física”, finaliza.

Há três meses no programa, o advogado Felipe de Sá diz que depois que ingressou no projeto vê sua qualidade de vida melhorar a cada dia. “Claro que no começo é muito difícil. A vontade de fumar é muito grande e também têm os inconvenientes da abstinência. Participar das reuniões de apoio é muito importante para a continuidade do tratamento. Estou conseguindo deixar o cigarro depois de três tentativas frustradas de abandonar o vício”, frisa. Para Felipe de Sá, o programa da CAA/PR é muito bom e completo. “Além do tratamento com adesivos, o médico dá orientações essenciais em relação à questão da abstinência. Ainda tem dicas de alimentação, de atividade física e de lazer que contribuem para que o fumante largue esse hábito tão prejudicial à saúde”, realça.



CAMBOA HOTÉIS

Paranaguá & Antonina



www.HOTELCAMBOA.com.br

41. 3420-5200 | 41. 3432-3267

PARANAGUÁ

ANTONINA

Projeto prevê criação da Controladoria Geral do Município

Foto: Valdecir Galor/SMCS

A Prefeitura de Curitiba vai encaminhar à Câmara de Vereadores no primeiro semestre de 2019 o projeto de lei para a criação da Controladoria Geral do Município. O prefeito Rafael Greca se reuniu para tratar do assunto com o superintendente da Controladoria-Geral da União (CGU) no Paraná, José William Gomes da Silva, e com membros da comissão multissetorial criada há um ano para o desenvolvimento do projeto dentro da Prefeitura.

“A Controladoria do Município é um instrumento de governança muito moderno e que eu quero deixar implantado na minha gestão”, disse Greca. De acordo com Iara Maria Stürmer Gauer, vice-presidente da comissão multissetorial, a intenção é enviar o projeto de lei em março de 2019 para o legislativo.

Como parte do desenvolvimento do projeto, a Prefeitura aderiu, nesse ano, ao Programa PACTO pela Transparência, Integridade e Participação Social da Controladoria-Geral da União e se comprometeu a cumprir uma agenda de compromissos e aperfeiçoamento de processos de transparência, integridade e participação cidadã.

“Estamos aperfeiçoando processos que já temos na Prefeitura. Aderimos a 12 ações de transpa-



Prefeito Rafael Greca participa de reunião com superintendente regional da CGU no Paraná, José William Gomes da Silva

rência e acesso à informação e 31 ações de integridade. Além disso, teremos a implantação do Dia de Combate à Corrupção, uma carta de serviços por área atualizada e um conselho de usuário”, disse Iara.

O modelo da CGU, de acordo com o superintendente no Paraná, José William Gomes da Silva, é baseado em um conjunto de pilares, como corregedoria, controle interno, transparência e prevenção à corrupção e ouvidoria. A Controladoria Geral do Município vai formular ainda um código de ética e terá ainda uma ouvidoria.

Desde o ano passado uma comissão multissetorial, presidida pelo secretário de Finanças, Vitor Puppi, vem fazendo estudos para a criação da

Controladoria do Município. Além da parceria com a CGU, foi firmado um acordo de cooperação técnica com a Controladoria Geral do Estado (CGE) para a troca de tecnologias e informações.

Estiveram presentes à reunião o secretário de governo e presidente do Ippuc, Luiz Fernando Jamur; a superintendente da secretaria municipal de Finanças, Daniele Regina dos Santos; a representante da Procuradoria Geral do Município, Vera Lucia Bittencourt, a representante da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, Eliane Costa; a representante do Imap, Fabíola Coneglian e o auditor da CGU, Herbert Zandomenico.

Stock Options: retenção de talentos, limites e possibilidades

Foto: Divulgação

Os acionistas de sociedades anônimas podem conferir aos seus administradores, empregados ou indivíduos prestadores de serviços à companhia a opção de compra das ações desta (stock option), nos termos previstos no parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das Sociedades Anônimas.

Trata-se de instrumento que visa à retenção de talentos e ao alinhamento dos interesses destes stakeholders com a companhia, na medida em que participam diretamente dos resultados de suas atividades. O beneficiário da opção passa a compartilhar com os demais acionistas os riscos do mercado e da companhia, incentivando-o a comprometer-se com os seus resultados.

As opções de compra são bastante utilizadas em outros países, notadamente nos Estados Unidos, em que o desvirtuamento da sua aplicação deu azo a escândalos envolvendo a administração de grandes companhias (vide os famigerados casos de options backdating). No Brasil, tornam-se cada vez mais comuns, integradas nos planos de governança de companhias e em operações de compra e venda de controle acionário.

A disciplina legal estabelece que as stock options podem ser concedidas nos limites do capital autorizado, isto é, o capital social que pode ser aumentado independentemente de reforma estatutária, por meio de deliberação do conselho de administração ou da assembleia geral. Para tanto, é necessário que o estatuto social autorize previamente tal aumento, indicando o valor do seu limite e que ele pode ser utilizado para a outorga das opções de compra.

Além disso, faz-se necessário que a assembleia geral aprove um plano para a outorga de tais opções, no qual deverá indicar quais são os indivíduos que poderão recebê-las e os fins almejados por tal iniciativa. O plano poderá versar também sobre os termos e condições das opções, por exemplo, se estas serão onerosas ou gratuitas, a classe e tipo de ações ofertadas e seus respectivos direitos, o prazo para exercício e as hipóteses de cancelamento ou revogação.

Concedida a opção de compra, a companhia se coloca em uma posição passiva, à espera da manifestação de vontade do outorgado, cumprindo-lhe decidir se irá exercê-la e em que momento. O exercício da opção de compra pelo beneficiário poderá ser formalizado por meio da celebração de um contrato de compra e venda de ações entre ele e a companhia.

É importante ressaltar que a stock option estabelece relação de natureza personalíssima, já que a opção foi concedida pela companhia tendo em vista a importante contribuição que lhe é realizada pelo indivíduo beneficiário. Desta forma, a opção de aquisição das ações é intransferível, assim como as ações adquiridas por esta via, que consubstanciam a vantagem concedida. Observe-se a este respeito a atenção conferida pelo legislador ao indicar que a opção deve ser conferida aos administradores e empregados e “a pessoas naturais que prestem serviços à companhia”. Ora, não tratou de concessão stock option a outras sociedades ou pessoas jurídicas justamente por tal caráter intuitu personae.

No mesmo sentido, observa-se o



Natália Villas Bôas Zanelatto

caráter excepcional da opção de compra, que pode ser concedida gratuitamente ou com deságio aos beneficiários e não atribui direito de preferência aos demais acionistas. Assim, ressalta-se que se trata de medida de exceção que visa conferir uma vantagem aos indivíduos que cooperam para o objetivo social, ainda que implique a diluição dos acionistas. Da mesma forma, as stock options não constituem valores mobiliários de livre circulação, já que ausentes do rol do artigo 2º da Lei nº 6.385/1976, não se colocando no âmbito das relações externas da companhia. Estas características, portanto, reforçam o seu caráter personalíssimo.

Concluindo, vale a ressalva que a concessão de stock options pode ter impactos fiscais e trabalhistas para a companhia e para o beneficiário, que devem ser cuidadosamente verificados em cada caso.

* Natália Villas Bôas Zanelatto é advogada do departamento societário do escritório Andersen Ballão e especialista LL.M em Direito Empresarial Internacional pela Universidade Panthéon-Assas (Paris II)

Premiação reconhece melhores práticas de programa de educação financeira

O Programa Educação Financeira – O Valor do Amanhã, um projeto da Itaipu Binacional e do Parque Tecnológico Itaipu (PTI), encerrou as atividades do ano de 2018 com uma cerimônia na qual reconheceu as melhores práticas da região Oeste, em Foz do Iguaçu. Na ocasião, cinco municípios foram premiados por seus projetos aplicados nas escolas. As iniciativas foram avaliadas por uma banca de especialistas e selecionadas, depois, entre os alunos e a comunidade. Os prêmios foram equipamentos de informática.

Boas ideias, como a reutilização de óleo de cozinha na fabricação

de sabão líquido e economia de recursos ao longo de 2018, para a construção casinha de brinquedos, surgiram com o programa. Mais do que ensinar noções de educação financeira nas salas de aula de escolas municipais, o programa tem como finalidade despertar a consciência sobre boas práticas financeiras e o equilíbrio do dinheiro, tanto com as crianças quanto com a comunidade.

Inicialmente, o programa foi criado pela Itaipu Binacional em 2005, sendo ampliado em 2017 com a parceria do PTI e levado para a região Oeste do Paraná. Atualmente, 28 municípios trabalham a educação financeira como

Foto: Nilton Rolin/Itaipu Binacional
conteúdo pedagógico nas escolas municipais. A meta é estender para os 54 municípios da Amop (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná).

Recentemente, em setembro deste ano, o programa recebeu o selo de Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), do governo federal. Foi a primeira certificação oficial do programa. O selo dá mais visibilidade às práticas, que estão em conformidade com os objetivos e as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), que avalia as iniciativas de educação financeira desenvolvidas pelo país.





Bella Italia



**NOITE
ITALIANA**

TERÇA À SÁBADO
ABERTO DAS 19H ÀS 23H

RESERVAS: 3521-5000
noiteitalianaemfoz.com.br

UM SHOW DA
Gastronomia Italiana
EM FOZ DO IGUAÇU

Av. República Argentina, 1700 - Foz do Iguaçu

Confraternização marca o jantar de final de ano da APEP

Clima de confraternização marcou o Jantar de Final de Ano da APEP, realizado no dia 15 de dezembro, juntamente com a comemoração de posse da Diretoria eleita para a Gestão 2018-2020.

O encontro reuniu aproximadamente 100 pessoas entre associados e convidados na sede da entidade, em Curitiba.

O presidente da APEP, Eroulths Cortiano Junior, agradeceu a todos pela presença, em especial à procuradora Carolina Schussel, pelo empenho e dedicação com os quais desempenhou o cargo de vice-presidente da entidade durante a Gestão 2016-2018, e também pela organização do evento, “impecável”.

Em seu pronunciamento, Eroulths agradeceu aos membros da Diretoria 2016-2018 pelo trabalho realizado, ressaltando que “não mediram esforços para conduzir os caminhos da entidade sempre na defesa das prerrogativas profissionais e demais demandas da classe”.

O presidente da APEP desejou sucesso aos novos diretores, que ao seu lado administrarão a Associação nos próximos dois anos.



Evento aconteceu no dia 15 de dezembro na sede da entidade



Cerca de 100 pessoas entre associados e convidados participaram do evento



Procuradores do Estado presentes na confraternização



Banda Old Roosters animou a confraternização



Letícia Ferreira da Silva, Carolina Schussel, Claudia Pícolo, Inaiá Botelho e Cristina Leitão



A vice-presidente Carolina Schussel e o presidente Eroulths Cortiano Junior



Leticia Ferreira da Silva e o marido com o presidente da APEP



Carolina Schussel e Eunice Fumagalli Martins e Scheer



Discurso do presidente Eroulths Cortiano Junior



Diversos associados prestigiaram o evento

Procurador do Paraná lança livro



O procurador do Estado do Paraná Luiz Henrique Sormani Barbugiani lançou o livro "Técnica de Julgamento do Artigo 942 do CPC de 2015", pela Lumen Juris Editora, que trata do mecanismo de ampliação do quórum do colegiado do órgão julgador diante da identificação de uma divergência de votos. Fruto de vasta pesquisa acadêmica, a obra é pioneira na análise sistematizada dessa técnica. Com a vigência do CPC de 2015, a técnica veio a substituir em parte o recurso de embargos infringentes presentes no CPC de 1973. O prefácio está assinado pelo professor doutor Paulo Henrique dos Santos Lucon, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – USP, e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP. De acordo com ele, a técnica da ampliação da colegialidade possui uma sistemática própria e consiste em uma inovação do direito processual civil brasileiro, explorada com maestria pelo autor.

Mural sobre mobilidade urbana



O advogado e artista visual Luiz Gustavo Vidal entregou à cidade o Mural Mobilidade Urbana – uma obra de arte pública que, além de promover a reflexão sobre locomoção, homens e animais - resgata a vocação cultural de Curitiba como cidade muralista, berço de artistas como Poty Lazzaroto – a quem Vidal dedica a obra. A intervenção artística, feita na fachada do antigo Edifício 13 de Maio, passa a integrar uma região da cidade que conta com obras de artistas consagrados e a compor o centro histórico da capital. Com 7 metros de altura por 7 metros de largura, foram utilizados 1.250 azulejos e mais de mil horas de queima em fornos a 900 graus, sua produção levou 2 anos e envolveu a colaboração de artistas como Elvo Benitto Damo e Maria Helena Saporoli.

Espaço para o corpo e mente



Respirar, fechar os olhos, se conectar consigo mesmo e se desconectar do mundo, relaxar, buscar equilíbrio, ler um bom livro e fazer exercícios físicos são hábitos que mantêm a saúde e a mente saudáveis. Foi com esta intenção, que a Caixa de Assistência dos Advogados idealizou o Espaço Corpo&Mente, inaugurado na sede da OAB Paraná, em Curitiba. “Todos que frequentam a sede da Seccional estão convidados a usufruir do espaço ao ar livre, e praticar yoga, ler ou emprestar um livro da Biblioteca Solidária em parceria com a ONG Freguesia do Livro. O ambiente reúne atividades que visam à reflexão, prática de exercícios, hábito da leitura e compartilhamento de ideias.

Venha experimentar
as delícias da nossa padaria!




WWW.APADO.COM.BR

Padô

• A PADOCA DIFERENTE •

 padopadaria

 padopadaria

RUA PROFESSORA DORACY CEZZARINO - 119 - PORTÃO, CURITIBA - PR
ENCOMENDAS (41) 3092-9433 / (41) 99131-0370

HORÁRIO - SEGUNDA A SÁBADO - 07H ÀS 22H / DOMINGO E FERIADOS - 08H ÀS 22H

ADMINISTRATIVO E ELEITORAL

Pessuti Advogados

Av. Candido de Abreu, 470 sala 2407,
Ed. Neo Business, Curitiba - PR
Telefone: (41) 3353-1566

**Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos –
Advocacia e Consultoria Jurídica**

Rua Hildebrando Cordeiro, 30 - Ecoville, Curitiba -
PR, 80740-350
Telefone:(41) 3336-1323 e 3301-3800
www.aalvim.com.br

CÍVEL, ADMINISTRATIVO E PENAL

Arns de Oliveira & Andreazza Advogados

Associados

Av. Cândido de Abreu, 427 cj. 706, Centro, Curitiba-PR
Telefone/fax (41) 3254.1814

Cal Garcia Advogados Associados

Rua Visconde do rio Branco, 1630, sala 110. Centro,
Curitiba, Paraná
Telefone: (41) 3322-1485

CIVIL E CONSUMIDOR

Advocacia Correa de Castro & Associados

Rua Marechal Deodoro, 500 - 3º e 4º andares -
Centro - Curitiba - PR - Brasil - 80010-010
Telefone: (41) 3224-6931
Fax: (41) 3225-1555 / 3233-3691
Rua Rodrigo Silva, 18 - sobreloja - Centro - Rio de
Janeiro - RJ - Brasil – 20011-040
Telefone: (21) 3529-7217
Fax: (21) 3549-7218

**CÍVEL, ADMINISTRATIVO, PENAL, FAMÍLIA
E SUCESSÕES**

Dotti e Advogados

Rua Marechal Deodoro, 497, 13º andar, Centro,
Curitiba - PR
Telefone: (41) 3306-8000
Fax (41) 3306-8006
www.dotti.adv.br

CÍVEL E IMOBILIÁRIO

Grupo Jurídico L.F. Queiroz & Advogados

Associados

Rua Marechal Deodoro, 235 – 12º andar, Centro,
Curitiba - PR
Telefone: (41) 3224-2709

CÍVEL E COMERCIAL

Fernando Rocha Maranhão & Advogados

Associados

Rua Pres. Carlos Cavalcanti, 1210, São Francisco,
Curitiba - PR
Telefone: (41) 3233-9573

Manoel Caetano Advocacia

Rua Colombo, 780, Ahú, Curitiba-PR
Telefone: (41) 3353-5253

CRIMINALISTA

Bretas Advogados

Rua Emiliano Pernetá 424 Sl 13
Fone (41) 3022-5867
www.bretasadvocacia.com

Sánchez Ríos Advocacia Criminal

R. Deputado Emílio Carlos, 87, Ahú
CEP 80540-080
Curitiba – PR
Telefone: (41) 3250-2500
www.sanchezrios.com.br

DIREITO ELEITORAL

Carla Kapstein Advocacia

Rua Silveira Peixoto, 380 - Água Verde, Curitiba - PR
 Telefone: (41) 3532-7500

DIREITO PROCESSUAL - ADVOCACIA LITIGIOSA

Marinoni Advocacia

Rua General Carneiro, 679, Centro - Curitiba - PR,
 CEP 80060-150
 telefone: 41.3363-8090
 www.marinoni.adv.br

Filiais:

Rua Tobias da Silva, 120/1101, 90040-000,
 Porto Alegre - RS
 SHN Quadra 1, Área Especial A, Bloco A, Le
 Quartier, 1017/1018, 70701-010,
 Brasília -DF

EMPRESARIAL

Caputo Bastos & Fruet Advogados

SHIS QL Conjunto 11 Casa 11 Lago Sul, 71630-315,
 Brasília - DF

Telefone: (61) 2105-7000

* Atuação em Tribunais Superiores

Casillo Advogados

Rua Lourenço Pinto, 500 - Centro, Curitiba - PR
 Telefone: (41) 3310-6800

Hapner Kroetz Advogados

Rua Lysímaco Ferreira da Costa, 80, Centro Cívico,
 Curitiba - PR
 Telefone: (41) 2106-7900

Vernalha Guimarães & Pereira Advogados

Curitiba - PR: R. Mateus Leme 575 - CEP 80510-192
 Tel.: +55 41 3233-0530
 Brasília - DF: Complexo Brasil 21 - SHS Quadra 06,
 Conjunto C, Bloco E sala-1201 - Asa Sul -
 CEP 70316-000

PRIVADO, CIVIL E ARBITRAGEM

Fachin Advogados Associados

Rua Casimiro José Marques de Abreu, 172, Ahú -
 Curitiba/PR - CEP 82200-130
 (41) 3254-1603
 www.fachinadvogados.com.br

boia-cross | cavalgadas | cachoeiras | trilhas | rapel | aquatrekking | pescaria | rafting



Barra do Turvo - SP
140 Km de Curitiba
(15) 3577-1629
(15) 99757-2732

facebook.com/pousadajoaodebarro
www.pousadajoaodebarro.com
pousadajoaodebarro

LAZER E AVENTURA EM UM ÚNICO LUGAR !



20

ANOS DE ATUAÇÃO EM LEILÕES

LEILÕES JUDICIAIS

- Avaliações sem ônus ao processo • Leilões eletrônicos • Transparência e impessoalidade
 - Leiloeiro que mais realizou leilões de venda antecipada (art 144-A do CPP)
 - Ampla divulgação • Remoção e depósito de bens penhorados
- Expedição de ofícios conforme código de normas • Efetivação da venda amparada em equipe comercial proativa • Grande carteira de compradores



Rua Padre Anchieta 2540
Sala 401 | 4º andar
Champagnat Office
Curitiba | PR
Tel (41) 3233-1077
helcio@kronberg.com.br

www.hkleiloes.com.br